

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE ECONOMIA, POLÍTICA E NEGÓCIOS – EPPEN**

HUGO JEFFERSON DA SILVA COSTA

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CELSO FURTADO: DA SUPERAÇÃO
DO SUBDESENVOLVIMENTO À CONSTRUÇÃO DO MITO**

Osasco

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE ECONOMIA, POLÍTICA E NEGÓCIOS – EPPEN

HUGO JEFFERSON DA SILVA COSTA

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CELSO FURTADO: DA SUPERAÇÃO
DO SUBDESENVOLVIMENTO À CONSTRUÇÃO DO MITO**

Monografia apresentada à Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios – EPPEN, da Universidade Federal de
São Paulo, como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa.

Osasco

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837d COSTA, Hugo Jefferson da Silva
O desenvolvimento econômico em celso furtado: da superação
do subdesenvolvimento à construção do mito / Hugo Jefferson da
Silva Costa. - 2020.
51 f.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2020.
Orientador: Julio Cesar Zorzenon Costa.

1. Celso Furtado. 2. Subdesenvolvimento. 3.
Desenvolvimento econômico. 4. Mito. I. Costa, Julio Cesar
Zorzenon, II. TCC - Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 330.981

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à minha mãe, ao meu falecido pai, ao meu irmão e a minha esposa, meus grandes incentivadores.

À Escola Paulista de Política Economia e Negócios, ao corpo docente, aos servidores e aos prestadores de serviços pela constante motivação e por contribuir muito para meu crescimento intelectual e profissional.

Dedico, ainda, às conquistas dos trabalhadores entre 2003 e 2016 que me permitiram construir este trabalho e alimentar esperança de tempos melhores.

RESUMO

COSTA, Hugo Jefferson da Silva. **O desenvolvimento econômico de Celso Furtado e a construção do mito.** 2020. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2020.

A concepção do desenvolvimento econômico e suas implicações são preocupações presentes ao longo de nossa história contemporânea. Não foi diferente com Celso Furtado. Dada a necessidade do resgate teórico sobre o projeto do país, o autor dedicou sua vida a compreender os problemas econômicos do Brasil e América Latina. Este trabalho irá abordar o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento na visão de Furtado, ressaltando sua importância e contemporaneidade através da exposição do contexto histórico de sua tese e sua formação de pensamento, partindo do entendimento de duas fases de seu pensamento. A primeira, produto de sua juventude e que poderá ser encarada como otimista, o autor formula sua teoria do subdesenvolvimento e propõe sua superação através da industrialização. A segunda, representa a maturidade de Furtado, onde apresenta que o modelo anterior, ao contrário, reforça a concentração de renda e destrói o meio ambiente. através de uma abordagem ampla, sua conclusão é a de que a tendência estrutural do capitalismo é a de garantir o nível de dependência dos países periféricos, e sua manifestação se dá pela dimensão cultural, onde suas elites reproduzem o estilo de vida dos países centrais, ao que denomina mimetização cultural, a tentativa de superação não é outro senão um mito. O único caminho, portanto, é o da valorização e permanência da diversidade cultural e ambiental através da equidade e solidariedade e em contraposição ao crescimento econômico em larga escala.

Palavras-chave: Celso Furtado. Subdesenvolvimento. Desenvolvimento Econômico. Mito

ABSTRACT

The conception of economic development and its reasons are present concerns throughout our contemporary history. It was no different with Celso Furtado. Given the need for theoretical rescue on the country's project, the author dedicated his life to understanding the economic problems of Brazil and Latin America. This work will address the concept of development and underdevelopment in Furtado's view, emphasizing its importance and contemporaneity by exposing the historical context of his thesis and his thought formation, starting from the understanding of two phases of his thinking. The first, the product of his youth and which can be seen as optimistic, the author formulates his theory of underdevelopment and proposes its overcoming through industrialization. The second represents Furtado's maturity, where he shows that the previous model, on the contrary, reinforces the concentration of income and destroys the environment. through a broad approach, its conclusion is that the structural tendency of capitalism is to guarantee the level of dependency of peripheral countries, and its manifestation is given by the cultural dimension, where its elites reproduce the lifestyle of peripheral countries, while which he calls cultural mimicry, an attempt to overcome it is none other than a myth. The only way, therefore, is to value and maintain cultural and environmental diversity through equity and solidarity and in opposition to large-scale economic growth.

Keywords: Celso Furtado. Underdevelopment. Economic development. Myth

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 BREVE BIOGRAFIA E PENSAMENTO	12
2.1 QUEM FOI CELSO FURTADO	12
2.2 FORMAÇÃO E PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS	15
3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FURTADO	20
3.1 DESENVOLVIMENTISMO	20
3.2 O SUBDESENVOLVIMENTO EM FURTADO	24
3. A CONSTRUÇÃO DE UM MITO	35
3.1 MIMETISMO CULTURAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA	37
3.2.O MEIO-AMBIENTE	40
3.3 O BRASIL E AS OPÇÕES PARA A PERIFERIA	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1 INTRODUÇÃO

Celso Furtado é considerado um dos grandes pensadores sociais latino-americanos. Com formação inicial em Direito, sua vasta obra possui contribuição direta para outras diversas áreas das Ciências Humanas, mas sua principal paixão foi a Economia. Tanto é que uma de suas principais obras, “Formação econômica do Brasil” é tido como o primeiro livro de Economia escrito no país (BOIANOVSKY apud BARRETO, 2009). A partir de sua experiência como recruta da Força Expedicionária Brasileira, na segunda guerra mundial, vê com os próprios olhos a destruição causada pelo conflito e vivencia o processo de reconstrução do continente europeu. Em seu doutorado em Economia, na França, se sente levado a tentar compreender questões estruturais as quais enfrentam os países a disporem qualidade de vida à sua população, ou à falta desta.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento constituem as discussões centrais e recorrentes na obra de Celso Furtado, através de um estudo amplo e rigoroso das várias perspectivas que essas noções apresentam em dezenas de obras e incontáveis artigos e ensaios derivados da profundidade de seus estudos. Na verdade, como destaca Rosa Freire D’Aguiar (2020), Furtado nunca se considerou teórico do desenvolvimento, e sim do subdesenvolvimento.

Furtado é um economista da teoria do desenvolvimento e da análise da econômica brasileira. Nessas duas especialidades ele pensou sempre de forma independente, e usou principalmente o método histórico em vez do lógico-dedutivo. Sua capacidade de inferência e de dedução é poderosa, mas ele parte sempre da observação da realidade, evita partir de pressupostos gerais sobre o comportamento humano e procura, a partir dessa realidade e do seu movimento histórico, inferir a teoria.(BRESSER-PEREIRA, 2005 ,p. 92)

O objetivo deste trabalho é buscar entender os aspectos fundamentais de sua teoria do subdesenvolvimento e o enriquecimento de sua tese ao longo de sua história e vivência. “Para muitos, era um economista do passado, um nacionalista no tempo da globalização e do globalismo, um desenvolvimentista nos tempos dos mercados livres e da ortodoxia convencional” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 90).

Neste trabalho, ao contrário, há a valorização do autor pela contemporaneidade dos problemas expostos em suas obras há décadas atrás, como por exemplo o problema crônico brasileiro de concentração de renda durante o regime militar, mesmo no período compreendido como “milagre econômico”, que hoje é um consenso nas ciências sociais, mas que era pouco debatido à época, ou a relação entre a destruição do meio-ambiente e a permanência do atraso dos países periféricos.

É nítido que uma análise detalhada afundo de sua obra demandaria o trabalho de uma vida inteira, portanto nosso objetivo é bem menos pretensioso: trata-se da leitura básica de duas de suas principais obras, “Formação Econômica do Brasil” (1959) e “O Mito do Desenvolvimento Econômico” (1974), que nos parecem expressivos da visão de Furtado, e textos adjacentes sobre o as implicações do desenvolvimento.

Na primeira parte do trabalho tratamos de apresentar a história do autor paraibano, nascido em 1920, que rumou ao Rio de Janeiro em 1939 para cursar Direito. Perseguindo seu sonho de se tornar escritor e, associado a sua vivência da guerra, logo assume a missão de entender “o Brasil, a história, os homens” (D’Aguiar, 2006?). Em 1950, o convite para participar da nascente Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) representa um marco em sua formação, pois tinha, como principal tarefa, analisar a condição econômica dos países latino-americanos e trabalhar na elaboração de planos de superação do subdesenvolvimento. Como homem público que foi, participou de importantes projetos, como a criação da SUDENE. “Foi um intelectual que participou ativamente da vida política brasileira, defendendo um projeto de desenvolvimento para o Brasil” (CORSI; CAMARGO, 2010, p. i). No campo ideológico, o autor se destaca pela heterodoxia e pela complexidade de seu pensamento.

Será apresentado, também, o fio-condutor de sua formação intelectual, sintetizado em três momentos: o doutorado em Paris; a CEPAL; e os anos de exílio. O primeiro momento, e mais frutuoso, é quando decide ir à Paris, pois é lá que ele opta por especializar-se em economia e ciência política. Tendo a reconstrução europeia como grande laboratório, teve a oportunidade de participar de intensos debates sobre diversas correntes de pensamentos. Conforme ele, as três correntes que fizeram parte de sua formação foram o “positivismo, a ideia de que a ciência fornece o conhecimento em sua forma mais nobre”, em seguida “manifesta-se a influência de Marx por intermédio de Karl Mannheim, o homem da sociologia do conhecimento” ao qual foi o ponto de partida de seu interesse pela história como objeto de estudo, e “a sociologia norte-americana por intermédio de Gilberto Freyre” (FURTADO apud LIMA VIEIRA, 2010, p. 43),

em que apresenta a dimensão cultural do processo histórico. O segundo momento, que representa sua juventude otimista e que o consolida como pensador econômico, foi quando integrou a CEPAL. Através do trabalho do grupo e tendo Prebisch como principal articulador, conceitualizou como o desenvolvimento dos países latino-americanos através das relações centro-periferia reforça o grau de dependência destes em relação aos países que lideraram o processo industrial e como se mantém o nível de atraso econômico. Através dessa premissa, surgirá o grupo de “desenvolvimentistas”, ao qual Furtado possui destacada influência. O terceiro e último momento, marca a fase de maturidade de Furtado onde, quando forçado ao exílio pelos militares e cercado pelo ceticismo evidenciado pelas ditaduras dos países latino-americanos e pelas falhas conceituais dos planos econômicos, retoma o contato com a academia e reorienta sua tese sobre subdesenvolvimento. Após tornar-se professor na Universidade de Paris e, ainda, passar por universidades dos EUA e retomar seu contato com Cambridge, além do contato com o vigoroso relatório produzido pelo Clube de Roma - *The limits to growth* - integra as dimensões cultural e ambiental na questão periférica de desenvolvimento.

Na segunda parte, apresentaremos os aspectos centrais do paradigma formado pelos economistas latino-americanos, o “desenvolvimentismo”, e focaremos na conceituação do subdesenvolvimento, a qual possui relação direta com sua juventude otimista. Veremos que Celso Furtado, como intelectual e como homem público, tem sua imagem claramente associada ao chamado “desenvolvimentismo” e foi o grande economista desta corrente de tendência nacionalista no Brasil.

O subdesenvolvimento de Furtado é um processo histórico distinto ao dos países que lideraram o desenvolvimento industrial. Contrário ao modelo clássico, o próprio desenvolvimento econômico ocorrido no centro apresenta condições históricas específicas, portanto não há possibilidade de reprodução do modelo. Ainda, que o processo pelo qual os países centrais consolidaram seu crescimento resultaram no subdesenvolvimento, consequência da expansão do capitalismo industrial. O resultado do contato deste complexo núcleo industrial com as colônias ou ex-colônias resulta no que o autor denomina como um binômio Arcaico/tradicional e Moderno. Enquanto o primeiro voltava-se à produção de subsistência, o segundo estabelecia suas atividades voltadas ao exterior, a fim de atender as economias centrais. “Formação Econômica do Brasil” (1959) nos fornece uma visão empírica sobre o subdesenvolvimento periférico através da análise histórica do Brasil sob perspectiva desenvolvimentista. Através da análise dos ciclos econômicos, a perspectiva é que a estrutura herdada pelo passado colonial “determinou a nossa subordinação econômica na divisão internacional do trabalho, a partir da consolidação do mercado internacional, no século XIX.”

(ZORZENON, 2012, p. 53). O desenvolvimentismo, portanto, conforme Bielschowsky (1988), nasce em contradição com a corrente neoliberal, aos quais defendiam a “prioridade da livre movimentação de forças de mercado como meio de atingir a eficiência econômica” (p.33). Em síntese, Furtado e os desenvolvimentistas fundamentam uma nova concepção ao atraso e dependência dos países latino-americanos, levando a elaborar um projeto de superação pela industrialização. Entretanto, se por um lado, a teorização do subdesenvolvimento é brilhante e precisa em materializar o atraso latino-americano e dar luz ao fato de que este é um problema autônomo, estrutural e permanente; por outro, a crença na teoria clássica de igualdade entre desenvolvimento e industrialização, faz com que a principal preocupação dos desenvolvimentistas caia por terra. Se o subdesenvolvimento é a consequência da evolução do capitalismo, não há possibilidade de desenvolvimento no mesmo sentido, na dimensão estrutural. O rompimento de um ciclo de dependência será iniciado por outro.

Através desta perspectiva, inicia-se a terceira parte do trabalho, que é reordenação do subdesenvolvimento de Furtado. Neste segmento, abordaremos a obra da maturidade de Furtado, “O mito do desenvolvimento econômico” (1974). Esta obra é a organização de alguns ensaios publicados durante a primeira década de seu exílio feita pelo próprio autor e destaca um rompimento do otimismo desenvolvimentista. De fato,

a história econômica, social e política da América Latina e a mobilização de organizações populares atestaram a falsidade (e a ingenuidade) dos desenvolvimentistas. A industrialização aprofundou, por exemplo, a heterogeneidade social e produtiva na periferia.

(CASTELO BRANCO, 2009, p.3)

Em essência, a ideia de desenvolvimento econômico permanece em concordância com o paradigma cepalino anterior, entretanto, a partir da publicação da obra “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Furtado levanta duas questões específicas ao subdesenvolvimento. A mudança ocorre, pois, há intencionalidade entre o sucesso do capitalismo e a manutenção da dependência e atraso do subdesenvolvimento e que a evolução desse sistema desencadeia um processo de degradação ambiental ocasionado pelo elevado grau de especialização na produção agrícola e extrativa necessária para abastecer o mercado mundial. Na periferia, constituído por um regime econômico dependente, sua indústria de substituição de importações é influenciada e liderada pelos oligopólios internacionais, que se beneficiam da utilização de tecnologia e equipamentos já amortizados (FURTADO, 1974), logo, o complexo industrial sempre será coordenado pelas grandes empresas. Através da dimensão cultural, ocorre o que Furtado denomina de “modernização”, que é o processo “de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente

processo de acumulação (p. 81). A manutenção deste fluxo só é possível pela reprodução de consumo dos países centrais, neste caso, as elites das periferias, através de uma “mimetização cultural”, assume o mercado consumidor dos produtos tecnológicos, que gera concentração de renda. Do lado do meio ambiente, este fluxo crônico de concentração de renda se “funda na utilização dos recursos naturais de fácil acesso e controle de grande parte dos recursos não-renováveis que se encontram nos países subdesenvolvidos” (p. 19). A dominação, por parte dos principais agentes do centro capitalistas, nas esferas cultural e ambiental constituem o que Furtado caracteriza como mito. Por fim, o Brasil é um exemplo interessante na compreensão de que a economia industrial, baseado no modelo de substituição de importações adotado pela classe dirigente, constituiu em uma fábula do desenvolvimento, onde a moral da história reflete o oposto à condição destes países. A principal crítica de Furtado refere-se ao período em que o Brasil experimentou níveis espetaculares de crescimento. Este período foi chamado de “Milagre econômico”, ao qual é contemporâneo à publicação do “Mito”. Após o golpe militar, o estado passa a tomar “medidas com efeitos diretos para distribuição de renda a fim de produzir melhor perfil de demanda que se ajusta aos planos de expansão das grandes empresas de atuação internacional e às expectativas da minoria modernizada” (FURTADO, 1974, p. 106).

Com base na análise, tentaremos compreender à seguinte questão apresentada por Celso Furtado: “Que opções se apresentam aos países que sofreram a deformação do subdesenvolvimento, em face das presentes tendências do sistema capitalista”? (Furtado, 1979, p. 19)

2 BREVE BIOGRAFIA E PENSAMENTO

2.1 QUEM FOI CELSO FURTADO

Furtado nasceu em 1920 na cidade de Pombal, no sertão paraibano. Desde o início, manteve viva sua vontade de ser escritor.

Das páginas de um diário adolescente, o primeiro acorde do que se tornaria o tema poderoso e abrangente, harmônico e variado de uma sinfonia que se confunde com a própria vida de Celso: entender o Brasil, a história, os homens.
(FREIRE D'AGUIAR, 2006?)

Em 1939, mudou-se para o Rio de Janeiro e, no ano seguinte, ingressou em Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Logo, começa a trabalhar na *Revista da Semana*.

Em 1944, concluiu o curso de Direito no Rio de Janeiro e, no mesmo ano, é convocado para servir na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a segunda Guerra Mundial, fato que será decisivo para que tome interesse por compreender a realidade contemporânea e rumará a formação de seu pensamento. Como o próprio Furtado diz,

Logo pela Guerra, fiquei com uma vontade enorme de conhecer o Mundo, de conhecer a Europa de verdade. Tinha estado naqueles países da Europa Central, estavam destruídos. Queria tanto ver mais a fundo e estudar a Europa, estudar o Mundo. Liquidei minhas economias, botei na terceira classe de um navio francês e fui embora para a Europa. Quando cheguei, na França, encontrei com um francês que tinha estudado no Brasil e ele então diz - Mas Celso, você está perdendo tempo, você devia estudar economia. Seus interesses, sua visão de mundo, depende muito destes estudos em economia. Eu me matriculei na escola mais avançada da França. Depois disso viajei a Europa inteira [...] só não fui pra Rússia pois era muito complicado na época, mas fui pra Iugoslávia estudar a construção de uma estrada de Ferro pela juventude.
(FURTADO apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 7 a 10)

Furtado desembarcou em Paris, onde se inscreveu no programa de doutorado em economia pela Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne.

De volta ao Brasil, após breve momento atuando como economista na Fundação Getúlio Vargas (FGV), desembarca em Santiago para integrar a recém criada Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL. De acordo com Gusmão de Mendonça (2010, p. 109), o resultado do trabalho de Prebisch, decorrente de seu trabalho como consultor de assuntos econômicos, repercutiu por toda a América Latina, que levaram a um convite para que continuasse com a CEPAL. Juntamente com outros economistas, Celso Furtado foi convidado a participar desse centro, cuja tarefa inicial seria a preparação de um estudo anual acerca da economia latino-americana.

Como diretor da Divisão de Desenvolvimento do órgão, Furtado viaja a diversos países do continente e, na década de 1950, se dedica a publicar artigos e ensaios sobre análises econômicas. Tamanha a importância de seus escritos o fez ser convidado em 1953 para presidir o Grupo Misto de Estudos, constituído pela CEPAL e pelo recém criado Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), para elaborar análises detalhadas sobre a economia brasileira. O resultado do trabalho foi a publicação de um relatório, em 1955, que agradou o então presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek. Conforme Barreto (2009), este relatório foi a base para o Plano de Metas, sendo responsável pelo balizamento e impulsão do desenvolvimento do país nos anos seguintes.

Furtado pede licença da CEPAL e parte para Inglaterra para passar o ano letivo na Universidade de Cambridge entre 1957 e 58. Este período representa importante marco nos estudos econômicos brasileiros. Israel Vargas (2004) diz: “Havia poucos brasileiros em Cambridge. Ele me disse que estava escrevendo sua obra principal que é essa interpretação do desenvolvimento brasileiro, da história econômica brasileira” (VARGAS apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 22 a 24). Neste período, Furtado conclui sua obra mais preciosa e influente: “Formação Econômica do Brasil” (1959). No livro, ele descreve a evolução da economia do país por períodos determinados pela estrutura de produção, consolidando o conceito dos ciclos econômicos - da cana, do ouro, do café, etc. Como afirma Mauro Boianovsky, professor titular do departamento de Economia da Universidade de Brasília (BOIANOVSKY apud BARRETO, 2009), “Formação Econômica do Brasil” é tido como o primeiro livro de economia escrito no país. Trazendo um método de investigação original, permitiu entender o processo econômico brasileiro e abriu caminho para discussões que tinham como grande objetivo a distribuição de renda dentro do país.

No mesmo ano, Celso é convidado novamente pelo BNDE:

Eu estava na Inglaterra, em Cambridge, quando ia voltar para o Brasil e para Santiago do Chile, pois ainda estava ligado à CEPAL [...] Quando chego ao aeroporto já havia dois diretores do BNDE me esperando, Ewaldo Correia Lima e Cleantho de Paiva Leite, e eles disseram: “Celso, há uma situação favorável agora para que você venha se incorporar à direção do BNDE, trazemos um convite da parte da diretoria. Lucas Lopes, que é o presidente do Banco, acaba de ser chamado para o Ministério da Fazenda, Roberto Campos passou para a presidência e abriu uma vaga na diretoria, que está a sua disposição”. Fui lá agradecer, numa reunião da diretoria, e disse o seguinte: “Tenho muita satisfação e muita honra de participar da diretoria se o Banco criar uma área especializada. Não é para eu vir aqui preparar projetos, discutir coisas, porque tem muita gente boa para fazer isso. Aceito se o Banco quiser criar uma área especializada, um diretor para se preocupar com os problemas do Nordeste. (FURTADO, Celso. Memórias do Desenvolvimento. LANARI, nora et al, 1982, p. 110)

Após negociação com a instituição, Furtado aceita integrar a diretoria da instituição e é nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek interventor do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Juscelino comprou ele mesmo. (Furtado) conseguiu encontrar uma formulação que o autorizava em seu otimismo, que o autorizava no seu romper fronteiras nunca dantes devassadas na sociedade brasileira [...] ele era a razão entrando no Nordeste, que era lugar do patrimonialismo, do jeitinho brasileiro por excelência. Em contraposição, uma classe latifundiária, no sertão, fermosíssima, uma classe burguesa, dona dos engenhos e das usinas de açúcar, já entrando em desespero [...], onde o último lampejo de modernidade havia sido, contraditoriamente, o cangaço.

(DE OLIVEIRA, Chico apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 32 a 37)

Em janeiro de 1959, Furtado elabora o estudo “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”, que atravessava grave crise e preocupava JK pela perda das eleições regionais, ocorrida em outubro de 1958. Este trabalho serviu de base para a criação de uma estrutura prática de políticas afirmativas de desenvolvimento para a região, dando origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sancionada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Sob o cargo de superintendente, Celso Furtado parte para Recife para coordenar a instalação do novo órgão.

Em 1961, Jânio Quadros renuncia à Presidência da República, provocando uma grave crise política. Após intenso embate com ministros militares, Joao Goulart assume o cargo e em 1962 nomeia Celso para o ministério do planejamento.

Segundo Conceição Tavares (2004), quando Jango entra no governo, pede a Furtado, que estava organizando uma das ações políticas mais brilhantes - uma frente de governadores para defender o nordeste - através da SUDENE, para assumir o cargo de ministro do planejamento e faz o plano trienal.

Ele propõe um plano razoavelmente monetarista, porque não tinha outra, que o fundo aprovou, e uma parte desenvolvimentista e uma parte reformista. É um plano de três partes. Furtado tinha uma paciência do cão. Ele não faria um plano que não tivesse um consenso dos especialistas. E daí? Mas os americanos estavam preocupados com a lei do capital estrangeiro. Obviamente, o plano não foi a lugar nenhum, ele ficou só um ano, voltou para a SUDENE, continuou tentar apoiar tudo por lá.

(CONCEIÇÃO TAVARES apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 42 a 46)

Com o fracasso da execução do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, Furtado deixa o cargo de ministro e volta a dedicar-se integralmente à Sudene até o golpe militar de 31 de março de 1964. Em abril, O Ato Institucional nº 1 (AI-1) cassa seus direitos políticos por 10 anos. Em junho, ruma à Santiago, dando início aos seus anos de exílio e só retornará a pisar no Brasil em 1979, após a lei de anistia.

Durante o período, se dedica a atividades docentes e à redação e publicação de livros, passando pelas universidades de Yale, Harvard e Columbia, nos Estados Unidos, Cambridge,

na Inglaterra, e da Sorbonne, na França, onde assume a cátedra de professor na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris por 20 anos.

Após o fim da ditadura, Furtado retornará ao Brasil em diversos momentos e voltará a atuar politicamente, auxiliando o governo de Sarney como Ministro da Cultura além de colecionar cargos de relevância no Brasil e continuará produzindo sua obra até o fim de sua vida, em 2004.

2.2 FORMAÇÃO E PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS

Definir o pensamento de Furtado não é tarefa fácil e este trabalho, ciente da complexidade e profundidade de suas ideias, não tem a pretensão de fazê-lo. Tentaremos, apenas, buscar o fio-condutor na formação de alguns pensamentos e contextualizá-los. Conceição Tavares (2004) o resume como o único grande pensador brasileiro do século XX. Ainda, conforme a autora, Celso “é possuidor de uma filosofia moral que ele leva à prática e que não se distancia” (CONCEIÇÃO TAVARES apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 4 a 6). Furtado “está no Panteão dos demiurgos do Brasil. Os inventores do que a gente pensa no Brasil hoje. Todos esses autores são dos anos 30, representantes do modernismo brasileiro” (CHICO DE OLIVEIRA apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 4 a 6). Usualmente classificado como economista, ele transcende essa categorização disciplinar.

De acordo com Lima Vieira (2010), alguns estudiosos o consideram também o fundador de nossa historiografia econômica; outros, um pensador influente em todo o conjunto das Ciências Sociais. Para ele, a economia era “um instrumento para penetrar no social e no político, e avançar na compreensão da História” (GUSMAO DE MENDONÇA, Marina, 2010, p.3).

Furtado aborda de modo que o essencial do que está sendo investigado seja compreensível em qualquer lugar. Avesso ao abuso de hipérboles e maneirismos. Sua escrita é da família dos autores medulares como Graciliano Ramos, como João Cabral de Melo Neto.

(DE PAULA, 2019, p. 1084)

O legado deixado pelo autor não se resume aos seus escritos. Além de acadêmico, foi um servidor exemplar. O subdesenvolvimento apresenta-se como principal desafio em sua vida:

Furtado não se limitou a grande tarefa de apresentar uma explicação para o subdesenvolvimento brasileiro. Foi muito além disso. Sua obra não se restringiu a compreender a nossa economia. Discutiu a sociedade e a política e ofereceu com paixão propostas para os grandes problemas nacionais.

Foi um intelectual que participou ativamente da vida política brasileira, defendendo um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Desenvolvimento, democracia e igualdade social eram os pilares desse projeto.
(CORSI;CAMARGO, , 2010, p. 1)

A síntese de seu pensamento poderá ser dividida em três momentos: o doutorado em Paris; a CEPAL; e os anos de exílio. É certo que Celso Furtado vai além em seus estudos, entretanto são estes os principais aspectos que norteiam sua obra ao longo dos anos.

O primeiro momento, e mais frutuoso, é quando decide estudar em Paris. Ora por que é lá que Furtado opta por especializar-se em economia e em ciências políticas, mas também foi o período em que presenciou a reestruturação europeia do pós-guerra, a qual tinha participado anos antes do lado dos Aliados e em nome do Brasil. Ele vê o pós-guerra como um laboratório.

Em sua permanência em Paris, “teve a oportunidade de assistir a cursos de grandes nomes do pensamento marxista, como Jean Baby e Auguste Cornu; com historiadores da política, como Jean-Jacques Chevallier, tomando contato direto com a *École des Annales*” (DE PAULA, 2019, p. 1076), tomando interesse especial sobre o estudo historiográfico sobre as ciências sociais. Ainda, conforme Gusmão de Mendonça (2010), atento às discussões vibrantes que ocorriam nos cafés e nos corredores da universidade, Furtado aprofunda seu conhecimento sobre as duas grandes tendências filosóficas em voga naquela época na França: o existencialismo e o marxismo.

Furtado explica sobre sua transição intelectual, desde sua formação inicial até seu doutorado, em Sorbonne:

Fui inicialmente seduzido pelo positivismo, a ideia de que a ciência fornece o conhecimento em sua forma mais nobre. Não era o contismo primário, mas a confiança na ciência experimental como meio de descobrir os segredos da natureza. Em seguida manifesta-se a influência de Marx por intermédio de Karl Mannheim, o homem da sociologia do conhecimento, que colocou o saber científico em um contexto social. Esse ponto de partida de meu interesse pela História como objeto de estudo.

A terceira corrente de pensamento que me influenciou foi a sociologia norte-americana por intermédio de Gilberto Freyre. Casa-grande e senzala revelou-me a dimensão cultural do processo histórico. O contato com a sociologia norte-americana corrigiu os excessos de meu historicismo.

Considero relevante que minha descoberta do marxismo se haja dado por intermédio da sociologia do conhecimento. Quando li *O capital*, no curso de marxismo que fiz logo depois da guerra no Instituto de Ciência Política, em Paris, já sabia suficiente macroeconomia moderna para não me seduzir pelo determinismo econômico que tinha explicação para tudo à custa de simplificar o mundo.

(FURTADO, Celso apud LIMA VIEIRA, p. 43)

Associado à sua vivência na Europa durante e logo após a Guerra, a história contemporânea o fez entender algo importantíssimo para o desenvolvimento econômico: o fato de que o subdesenvolvimento não é algo circunstancial. Além disso, o seu entendimento prático de que a situação atual é herdeira de sua própria história.

O segundo grande momento decisivo de sua carreira foi o de integrar uma Comissão recém criada para se discutir assuntos econômicos para o subcontinente latino-americano. Na ocasião, Raul Prebisch, um grande economista latino-americano à época e responsável por elaborar o grupo de intelectuais, é outro protagonista na formação intelectual de Furtado.

No caso da CEPAL, Prebisch, este grande articulador, pensador fundamental. Ele colocou o tema em termos que ele chamou "as relações centro-periferia". Ele conceitualizou o mundo. Ele disse: "O mundo está constituído por países centrais, que são países produtores de manufaturas e controlam a inovação tecnológica, que está consubstanciada com a manufatura; e os países periféricos - Os países da América Latina são periféricos. O que precisamos fazer é superar essa dicotomia centro-periferia". Ele estudou vários países latino americanos para provar que esta situação é similar. Ele cerca-se nesse esforço intelectual, de uma série de economistas jovens, de diversos países, e entre eles, o mais destacado, provavelmente, que era Celso Furtado. (SUNKEL apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 12 a 14)

Desde cedo Furtado é atraído pela principal tese de Prebisch e passará a compor o antagonismo "centro-periferia" em suas obras. Além disso, sob a influência da CEPAL, Furtado incorpora o pensamento keynesiano e das escolas historicistas e institucionalistas centro-europeias, evidente durante a primeira década de existência da comissão, e traz para o Brasil a "crítica da CEPAL à teoria neoclássica sobre o desenvolvimento e, em especial, a crítica da lei das vantagens comparativas do comércio internacional" (BRESSER PEREIRA apud MENDONÇA, 2010, p. 1). Para Furtado, o subdesenvolvimento decorre de um modelo primário-exportador e vê a industrialização via substituição de importações como um possível caminho à sua superação. Conforme destaca Barros de Castro (2004), a herança keynesiana e a experiência da guerra mostram a ele que o planejamento Estatal pode ter papel decisivo na história.

A CEPAL dá a Furtado a maturidade que necessitava para compreender os percalços econômicos, embora a raiz historicista ainda seja muito presente, assim como em toda sua obra, e também o devido reconhecimento para que pudesse pôr em prática os seus estudos.

Foi muito interessante neste período. Nesses dois anos a CEPAL deu um chute muito forte, muito alto. Mostrar que os países subdesenvolvidos era uma realidade do efeito da dominação. Era uma coisa muito séria. O subdesenvolvimento não era uma coisa fácil e simples. Era um problema político muito grave. (FURTADO apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 12 a 13)

O fim dos anos 50 representa certa transição e consolidação no pensamento de Furtado. Consciente da situação latino-americana, afasta-se de sua raiz relativista. Aceito o convite de Nicholas Kaldor, ele passa um ano no King's College. A experiência em Cambridge marcaria definitivamente a obra de Celso Furtado. Segundo Gurmão de Mendonça (2010), lá ele teve oportunidade de participar de intensos debates, que o levaram a refletir profundamente não

apenas sobre o próprio campo de trabalho dos economistas, como também sobre a vinculação entre a atividade intelectual e a militância política.

A lição era clara: o trabalho de teorização em ciências sociais é em certa medida uma prolongação da política. Essas reflexões levaram-me a modificar a visão que tinha do trabalho teórico, e induziram-me a alterar meus planos para o futuro, no sentido de valorizar a atividade política.

(FURTADO apud GUSMÃO DE MENDONÇA, 2010, p. 15)

Dois trabalhos destacam essa sua transição: “Formação econômica do Brasil” e “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”. O primeiro, é um livro importante na história do pensamento econômico do mundo. “Celso combina a teoria Keynesiana com análise histórica. Essa junção entre teoria macroeconômica e histórica realiza uma espécie de dinâmica das estruturas que vão constituindo progressivamente o capitalismo brasileiro” (CARDOSO DE MELO apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 23 a 25).

Em seu segundo trabalho, “Uma política econômica para o Nordeste”, Furtado apresenta problemas essenciais do meio-ambiente, “no qual propunha a reformulação das diretrizes de aproveitamento dos solos e águas no semiárido, a abertura de frentes de colonização, o incentivo à industrialização e soluções para o problema do fornecimento de energia elétrica” (GUSMÃO DE MENDONÇA, 2010, p. 16). O principal objetivo era reorganizar a economia e diminuir as desigualdades no semiárido por meio de parâmetros ecológicos adequados.”

Furtado diz:

“Havia no Brasil erros fundamentais de planejamento de política. Não se atendia ao semi-árido, não se atendia ao problema da água, não se atendia à produção de alimentos. A cada item desse, passou a ser um plano e eu tinha feito isso com muita atenção e muito cuidado.”

(FURTADO apud MARIANI, O longo amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado, 2004, minutos 36 a 37).

A partir dos primeiros anos da década de 1960, sua análise enriquece e Furtado passa a acumular importantes cargos dirigentes no Brasil. Nota-se, a partir, o descolamento puramente teórico do autor e, ainda no início da década, a adoção de um tom menos otimista quanto à superação do subdesenvolvimento de modo geral, mas em especial do caso brasileiro. Não à toa, publica em 1961 o Livro “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”, no qual, além de abordar temas teóricos, “analisava os problemas específicos dos países subdesenvolvidos, como a dependência externa, os desequilíbrios regionais e a inflação” (MENDONÇA, 2010, p. 16).

Celso Furtado ainda continua com seu projeto de reformas até o rompimento democrático brasileiro, de 1964. Dá início, então, ao terceiro momento decisivo para sua formação intelectual: Os anos de exílio.

Após o golpe militar de 1964, Furtado é exilado e dedica a se aprofundar sobre as questões estruturais do subdesenvolvimento brasileiro. Durante o regime militar, Furtado retomará seu contato com a academia, tornando-se professor de Economia da Universidade de Paris e, ainda, integrará, por períodos relativamente curtos, o quadro de professores visitantes na American University, Columbia University, nos EUA, e Cambridge, na Inglaterra. Esse período foi o mais fértil de sua produção acadêmica.

Conforme citado anteriormente, é perceptível uma transição na obra do autor, de um otimismo derivado das ideias positivistas e de suas experiências na reconstrução da Europa no pós-guerra, a uma transição de seu pensamento iniciada por sua atuação na CEPAL e que se consolida com o Regime de 1964. No exílio, Furtado reorienta o rumo de sua pesquisa sobre desenvolvimento econômico e agrega novos conceitos à sua pesquisa. De Paula (2019) destaca que o caminho de construção da sua teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento buscou explicitar sua forte reivindicação teórica. Sua intenção era a de contrapor “ao que o mainstream do pensamento econômico vinha construindo sobre “crescimento econômico”, mediante a elaboração de uma “economia política do desenvolvimento econômico” (DE PAULA, 2019, p. 1079), que é objetivo de Teoria e política do desenvolvimento econômico. Entre 1974 e 1975, seu conceito de desenvolvimento econômico que estava construindo foi enriquecido com a publicação de *O mito do desenvolvimento econômico*. O livro representa um marco por incorporar duas questões importantes que impactam, fortemente, o conjunto da economia capitalista e, em particular, as economias periféricas, e que serão trazidas ao debate, décadas depois, em especial entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000: de um lado, a transnacionalização do capitalismo, incentivada pelos países que compõem o centro econômico e dominada por um pequeno grupo privado, denominado por Furtado de “grandes empresas” e que dominam a produção e, de modo generalista, o nível de salários; e ainda uma análise detalhada de como esta transnacionalização do capitalismo, através de sua reprodução pautada pelo consumo, acarretará em níveis predatórios de degradação do meio-ambiente. O resultado não deverá ser outro que a manutenção do ciclo vicioso dos países periféricos e a desigualdade social. Ainda, “incapaz de cultivar ilusões, Celso Furtado reconheceu que a ideia-força-programa representada pelo desenvolvimento poderia ser transformada em mito, conveniente para a dominação capitalista” (DE PAULA, 2019, p. 1080).

Em editorial publicado em julho de 2020 pelo jornal “Valor Econômico”, em comemoração ao centenário de Furtado, é trazida a importância do autor em relação à sua

contemporaneidade e, além, traz uma de suas críticas, que representa bem a formação de sua obra pós década de 1970 que

se refere ao pensamento dominante de que esses países estavam no mesmo caminho das economias centrais, só atrasados em seu nível de desenvolvimento, e deveriam seguir o mesmo modelo de desenvolvimento. Para Furtado, estavam em trajetórias diferentes e caberia ao Estado atuar para pô-los no rumo do desenvolvimento. (VALOR ECONÔMICO, 2020)

Ainda, na mesma publicação, é trazido o relato de Bacha, que conviveu com o economista por cerca de um ano, nos EUA, logo após o golpe militar de 1964 e início de seu exílio. “Segundo Bacha, Furtado não acreditava no sucesso do plano econômico do governo Castelo Branco, que acabaria por pavimentar o caminho para o "milagre" dos anos 1970” (VALOR ECONÔMICO, 2020).

Ele diz:

Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO apud DE PAULA, 2019, p. 1080)

Fato é que o conjunto da obra de Celso Furtado retrata a junção do intelectual e do homem público. Na obra de Celso Furtado, evidencia De Paula (2019), o conceito de desenvolvimento e sua contrapartida, o subdesenvolvimento, tem função heurística assemelhada ao conceito de “tipo ideal” weberiano. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são referências categóricas que permitem comparar as diferenças histórico-concretas entre as realidades sociais específicas entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, considerados como tipos ideais. Em vários momentos de sua obra, Furtado foi elevando o “conceito de desenvolvimento como transformação estrutural de relações econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas sintonizadas à melhoria da qualidade de vida do conjunto da população, à universalização de direitos sociais básicos, à sustentabilidade” DE PAULA, 2019, p. 1079).

3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FURTADO

3.1 DESENVOLVIMENTISMO

Em linhas gerais, o Desenvolvimento Econômico durante o século 20 é tido como:

O crescimento com transformação estrutural, que conduz ao aumento de produtividade no trabalho e à melhoria do bem-estar. Nem sempre vem acompanhado de melhor distribuição de renda, e quase jamais caminha com a preservação ambiental. (BIELSCHOWSKY, 2011 p. 15)

Com base nestes preceitos, nasce o conceito de desenvolvimentismo. De acordo com Dutra Fonseca (2015), assim como os termos “neoliberalismo” ou “keynesianismo”, o “desenvolvimentismo” pertence a família de termos ao quais servem para qualificar duas coisas até certo ponto indissociáveis, mas que não são a mesma coisa nem do ponto de vista epistemológico e nem prático. Entende-se que o Desenvolvimentismo qualifica distintos fenômenos do mundo material, ou seja, fatos concretos como, por exemplo, “um conjunto de práticas de políticas econômicas propostas e/ou executadas pelos formuladores de políticas”. E do mundo do pensamento, que podem ser expressas através do discurso político, ao qual Dutra Fonseca denomina como ideologia. Este fenômeno é “um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo” (DUTRA FONSECA, 2015, p. 8).

O surgimento desta corrente, no Brasil, está diretamente relacionada ao surto industrial, em curso a partir do final do século XIX e que ganhou força a partir do início do século XX, após a política de valorização do polo cafeeiro. Dentre as medidas de proteção do preço do café tomadas pela República, a desvalorização da moeda, que refletiu no aumento do preço das importações, associado ao processo de urbanização ocasionaram no surgimento de um incipiente setor industrial, voltados à bens de consumo de primeira ordem, principalmente alimentício e têxtil, afirma Gennari & Oliveira (2009). Ainda, com o agravamento das importações, pela Primeira Guerra Mundial, há um fortalecimento do setor, apesar de apresentar restrições quanto à renovação do parque industrial. Mas foi após a Grande Depressão dos de 1930, que passa a tomar corpo na maioria dos países latino-americanos e a partir da década de 1950 que se consolida o pensamento teórico, período de criação da CEPAL, fundamental para catalisar e difundir os trabalhos dos principais pensadores latino-americanos, como Raul Prebisch, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e tantos outros:

Prebisch (1949) e o documento elaborado pela CEPAL em 1951 são marcos da construção do que se convencionou chamar de “pensamento cepalino original” ou simplesmente “velha CEPAL”. Em última análise, pode-se afirmar que estes trabalhos consolidaram o que posteriormente denominou-se “desenvolvimentismo”. (CODE IPEA, 2011, p.5)

O ponto de partida é a constatação de que a divisão internacional do trabalho é dividida em dois grandes blocos: Centro – países industrializados que saíram à frente na Revolução Industrial – e periferia – produtores e exportadores de matérias-primas e que são, em sua maioria, colônias ou ex-colônias. O principal argumento de Prebisch, e que irá permear o pensamento da “velha CEPAL”, é a de que a relação comercial promovida pela divisão

internacional do trabalho promoveria uma deterioração dos termos de troca, com evidente desvantagem para os países periféricos. Em síntese, a hipótese é a de que os preços dos produtos industrializados apresentavam forte rigidez à baixa, dada a estrutura oligopolizada de mercado. Já a oferta de matérias-primas pela periferia se dava pela estrutura de mercados competitivos. No longo prazo, os países periféricos são obrigados a “exportar um quantum maior de produtos básicos para obter a mesma quantidade de bens industrializados”(CODE IPEA, 2011). Dado o limite no sistema produtivo, as importações não poderiam ser satisfeitas somente com os recursos das exportações. A única solução “seria financiar o excesso de gastos com o exterior através do endividamento externo” (p.6). O desenvolvimentismo, portanto, nasce como um projeto “de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 33).

Ainda, segundo Bielschowsky (1988), o paradigma nasce em contradição com a corrente neoliberal, a qual defendia a “prioridade da livre movimentação de forças de mercado como meio de atingir a eficiência econômica” (p.33) e estabeleciam prioridades às condições de equilíbrio monetário e financeiro, admitindo até alguma intervenção estatal. O desenvolvimentismo possuía três ramificações: a. No setor privado, de economistas que apoiavam uma postura antiliberal e eram favoráveis ao apoio estatal à acumulação privada. Embora pouco coeso, os representantes deste quadro argumentavam aos empresários brasileiros para convencê-los da importância do planejamento estatal, embora focassem primeiro em seus respectivos interesses imediatos. Roberto Simonsen foi um dos representantes notáveis deste grupo. No setor público, havia duas correntes: b. Denominada de “não-nacionalista”, fruto da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) para o Desenvolvimento Econômico, de 1951, formulou-se uma corrente de pensadores favoráveis à ideia de que a industrialização nacional “iria absorver o progresso técnico mundial e que o capital estrangeiro teria uma enorme participação nisso” (BIELSCHOWSKY, 2011), e ainda, em aproximação aos neoliberais brasileiros da época, havia inclinação a políticas de estabilização monetária pois “temia-se o processo inflacionário, a ponto de reivindicar políticas capazes de interromper o processo de crescimento da economia brasileira”(p. 17). Grupo representado por nomes como Roberto Campos e Ary Torres. Cabe citar que o BNDE é criado em meio à esta corrente; c. e o grupo denominado como “nacionalistas”, ao qual Furtado faz parte e defendia, essencialmente, que o papel decisório sobre os recursos ficasse sob responsabilidade de agentes nacionais, sendo estes estatais ou privadas, e que as inversões estatais seriam focadas em setores estratégicos para continuidade da industrialização. Basicamente, estes eram os setores de base como mineração, transporte e energia. “O termo “nacionalista” é adequado, pois a proposta alternativa à estatal

era a de investimentos estrangeiros, dada a frágil estrutura do capital nacional” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 34).

Dutra Fonseca (2015) resgata outra categoria de classificação a corrente desenvolvimentista, consolidada na literatura corrente segundo o autor, e que nos serve de complemento à definição de Bielschowsky, a fim de elucidar os seus próprios limites, apesar de focarem no mesmo projeto de desenvolvimento: “nacional-desenvolvimentismo” e “desenvolvimentismo dependente-associado”. Ao analisar Brasil e Argentina, o autor aponta os atributos de ambos e tipifica Vargas e Perón como exemplos do nacional-desenvolvimentismo e de Kubitschek e Frondizi¹ como de dependente-associado. O nacional-desenvolvimentismo, de perfil nacionalista, possui mesma definição da corrente nacionalista de Bielschowsky (1988). Dutra Fonseca (2015) destaca o projeto deste grupo através de aliança entre este empresariado, segmentos das classes médias - inclui-se a burocracia - e trabalhadores urbanos, cuja expressão política seria o “populismo”. Já a corrente dependente-associado apoia-se nos investimentos externos, principalmente das empresas transnacionais, para alavancar um padrão de “industrialização restritiva”, amparada na produção de bens duráveis de consumo e na indústria pesada, cuja demanda voltava-se às camadas de rendas mais altas. Ainda, conforme o autor, ambas as estratégias decorriam da incapacidade ou fragilidade dos grupos empresariais latino-americanos de liderar o crescimento industrial, seja pela inexistência de conhecimento tecnológico ou por baixa capitalização.

Nota-se, portanto que o desenvolvimentismo “passa a ser um guia de ação cuja ideologia concebe o desenvolvimento não mais apenas como meio para atingir um fim , mas como fim em si mesmo” (DUTRA FONSECA, 2015, p. 28) pois adotará uma agenda de mudanças onde, na prática, o Estado tenderá a subordinar toda ação estatal a este propósito.

O refinamento teórico do pensamento desenvolvimentista foi favorecido pelo trabalho do economista argentino Raúl Prebisch, elaborado em boa parte na Cepal, que dava clareza ao funcionamento do modo de operação das estruturas econômicas e sociais na periferia do mundo e na periferia latino-americana com relação ao mundo. Esse pensamento foi trazido ao Brasil pelas mãos de Prebisch e de Celso Furtado. (BIELSCHOWSKY, 2011, p.19)

Dutra Fonseca (2015) ainda complementa que o não-desenvolvimento passou inicialmente a ser visto como um problema associado a atraso; mais tarde, na década de 1950, no pensamento cepalino, como um fenômeno histórico e estrutural: o subdesenvolvimento.

Coube a Furtado formular de modo mais acabado, no plano conceitual, o subdesenvolvimento como forma específica de desenvolvimento capitalista.

Vale ressaltar que, embora haja referência à “ideologia desenvolvimentista” em Furtado, o termo desenvolvimentismo praticamente não aparece em sua obra. Segundo ele:

¹ Arturo Frondizi Ercoli, presidente da Argentina entre 1958 e 1962

O desenvolvimentismo é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa a partir da Revolução Industrial e que estão indissolúvelmente ligadas ao capitalismo podem ser transplantadas para a América Latina. Se não se considera o estruturalismo, a classificação que me parece corresponder ao meu pensamento é a de “nacionalismo reformista”, embora meu reformismo esteja ligado à ideia de sociedade aberta e que meu ponto de vista seja de que a sociedade brasileira jamais foi aberta em seu setor rural. Esse ponto de vista o expus em minha Pré-revolução brasileira (1961). (FURTADO apud DUTRA FONSECA, 2015, p. 16)

É certo que a gênese do pensamento desenvolvimentista sofreu influência de paradigmas europeus, como o positivismo, todavia, deve ser entendido como uma ideia adaptada para a América Latina. O desenvolvimentismo nasceu como consciência do atraso e como busca de uma estratégia nacional para superá-lo, refutando a ideia ortodoxa de que o subdesenvolvimento é um processo transitório a lá Rostow². Ideia, portanto, peculiar à própria América Latina – e de outros países periféricos com problemática semelhante.

A noção corriqueira de “país jovem” – cujo imaginário acenava a um futuro promissor, mais ou menos “natural” com o passar do tempo – servia para justificar o status quo e, ao mesmo tempo, já subentendia a necessidade de mudança. (DUTRA FONSECA, 2015, p. 23)

Finalmente, como principais características desta política econômica podemos destacar, respectivamente, o nacionalismo, no sentido amplo, como ideologia, uma vez que a estratégia significa “a afirmação do Estado nacional e de suas instituições”; industrialização orientada pela substituição de importação, “que lançava mão de instrumentos como poupança forçada para realizar investimentos e de política industrial, muitas vezes com caráter protecionista”; e ambiguidade em relação aos déficit públicos e em conta corrente, bem como complacência em relação à inflação. (DUTRA FONSECA, 2015, p. 20).

3.2 O SUBDESENVOLVIMENTO EM FURTADO

Conforme vimos anteriormente, Celso Furtado, como intelectual e como homem público, tem sua imagem claramente associada ao chamado “desenvolvimentismo” e foi o grande economista desta corrente de tendência nacionalista no Brasil. “Tornou-se,

² Walt W. Rostow é o responsável pela mais influente teoria etapista do desenvolvimento proposta no livro “As etapas do desenvolvimento econômico: Um manifesto não comunista” (1960). Sua proposta é de que todas as sociedades deveriam passar pelas mesmas etapas, partindo da sociedade tradicional e chegando à era do consumo em massa. Assim, as sociedades atrasadas reproduziriam o caminho das sociedades avançadas, com a promessa de chegar à sociedade do consumo em massa. Ver SAES (2010, p.91)

indiscutivelmente, uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista dos anos 50". (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 132). Isso devido ao pioneirismo na formulação de sua teoria de desenvolvimento econômico. Através de uma abordagem "Histórico-Estrutural" (ZORZENON Costa, 2012), desdobramento metodológico pioneiro da CEPAL, Furtado desenvolve sua tese de compreensão do problema de desenvolvimento, ou melhor, do subdesenvolvimento.

O ponto de partida de seus estudos acerca do desenvolvimento econômico é a crítica ao modelo clássico ao desenvolvimento industrial, incubada durante o processo industrial da Europa ao longo da segunda metade do século XVIII, pois, segundo Furtado,

A teoria do desenvolvimento, na forma como é concebida nos grandes centros universitários do mundo ocidental, tem o propósito limitado de "mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia". Esse ponto de vista, entretanto, apresenta a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica. É necessário ter em conta que o desenvolvimento econômico dos últimos dois séculos, a Revolução Industrial, constitui per se um fenômeno autônomo. Com efeito: o advento de uma economia industrial na Europa, nos últimos decênios do século XVIII, ao provocar uma ruptura na economia mundial da época, representou uma mudança de natureza qualitativa, ao mesmo título da descoberta do fogo, da roda ou do método experimental.
(FURTADO, 2000, p. 241)

Conforme o autor (2000), no mundo anterior à Revolução Industrial, o desenvolvimento se reproduzia, basicamente, por um processo de aglutinação de pequenas unidades econômicas e de divisão geográfica de trabalho e tinha como principal agente dinâmico a classe comercial. O lucro, portanto, consistia, principalmente, do ouro que se conseguia acumular e que lhe permitiria aumentar o giro do negócio. Se houvesse sobras de estoque, planejava-se uma redução nas compras e tudo voltava ao normal. Já o lucro, no período pré-industrial, sendo o provento do fator de produção, incorpora-se, ao preço de venda do artigo, no momento em que este passa das mãos do produtor às do comerciante. Caso os estoques se elevassem, o empresário, incapaz de repassar o prejuízo a outro grupo, que no caso anterior eram vitimados os artesãos, via-se obrigado a oferecer seus produtos a um preço inferior. Deste modo, do ponto de vista do empresário, "a elasticidade-preço da procura da mercadoria que ele oferece é infinita" (p. 243), portanto, seus esforços se voltam à oferecer produtos a preços inferiores ao mercado e, por consequência, em reduzir custos. Daí resulta que as técnicas de produção passam a constituir o ponto crucial de todo o sistema econômico, passo necessário para o fomento da indústria de bens de capital, na obtenção de novas tecnologias, o que encadeia-se em um fluxo ascendente de crescimento.

As observações, portanto, demonstram

a íntima interdependência existente entre a evolução da tecnologia nos países industrializados e as condições históricas do seu desenvolvimento econômico. Essa tecnologia, na forma em que se apresenta hoje, resulta, portanto, de um lento processo de decantação. Nesse processo influíram, de maneira fundamental, condições específicas de algumas nações, sobretudo da Inglaterra e dos Estados Unidos. (FURTADO, 2000, p. 251)

O advento do núcleo industrial europeu, no século XVIII, provocou uma ruptura do paradigma econômico vigente e passou a condicionar o modelo de desenvolvimento e todas as regiões as quais possuíam interação comercial.

A hipótese central de Furtado é que a situação dos países periféricos, em particular a América-Latina, é um processo histórico distinto. Não há possibilidade de reprodução do modelo clássico, dado que o processo ao qual os países centrais consolidaram seu crescimento resultaram no subdesenvolvimento, consequência da expansão do capitalismo industrial. Deste modo, o subdesenvolvimento latino-americano e a consolidação do modelo industrial europeu possuem raízes em comum. O complexo núcleo dinâmico industrial passou a exercer-se em três direções distintas, as quais demarcaram os limites atuais do desenvolvimento no Mundo: A primeira, já citada acima, marca a desorganização da economia pré-capitalista/mercantilista e a progressiva absorção de seus fatores a um nível mais alto de produtividade que, em sua primeira etapa sustenta a acumulação na oferta mão-de-obra elástica, oriunda do campo e do trabalho artesanal e, na segunda etapa, após o esgotamento da disponibilidade desta, tornou-se necessário o aumento de produtividade através da tecnologia;

A segunda direção da economia industrial europeia foi o deslocamento de suas fronteiras econômicas onde houvessem terras despovoadas e com similaridades físicas, no caso América do Norte e Austrália, tornando-as um prolongamento da economia industrial;

A Terceira linha de expansão, e a que nos importa, orienta-se às regiões já ocupadas, com seus sistemas econômicos seculares de variados tipos. Eram, majoritariamente, colônias ocupadas durante a expansão marítima dos séculos XVI e XVII. O contato destas com as vigorosas economias capitalistas, em alguns casos, limitou-se apenas ao interesse na abertura de novas linhas de comércio. Em outros, houve, desde o início, o objetivo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja necessidade crescia nos centros industriais. O resultado desta expansão foi “a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente” (FURTADO, 2000,

p. 253). Esse tipo de contradição constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo, “resultado da inserção subordinada de suas economias numa divisão internacional do trabalho” (ZORZENON Costa, 2012, p. 50).

No entendimento desta contradição, há uma lógica estrutural constituída pelo binômio Arcaico/tradicional e Moderno. Enquanto o primeiro voltava-se à produção de subsistência, o segundo estabelecia suas atividades voltadas ao exterior, a fim de atender as economias centrais.

Em suma, o dinamismo da economia capitalista resulta do papel desempenhado pela classe empresarial. A esta classe, cabe a função de reprodução permanente do processo de formação. O modelo proposto por Furtado ressalta que o que garante o dinamismo à economia capitalista é como é direcionada a renda revertida aos empresários e quanto estes poupam. É o que vimos anteriormente com o surgimento da economia industrial.

O que se verifica nos países periféricos é um processo similar ao observado no processo de formação econômica pré-industrial, o que nos leva a crer em um modelo de reprodução do desenvolvimento. Entretanto, para Furtado (2000), a similitude é somente aparente pois, diferente das economias centrais, a empresa capitalista que “penetra em uma região da velha colonização e estrutura econômica arcaica não se vincula, dinamicamente, a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerado não se integra na economia local” (p. 255)

De modo geral, o nível de salário real é preestabelecido pelas condições de vida prevalentes da região onde atuarão as novas empresas, sem qualquer conexão com a produtividade do trabalho. Ainda, a massa de lucro gerada por estas empresas eram transferidas às suas matrizes. Ao contrário do que se espera, a partir da consolidação do complexo industrial e do êxito da expansão marítima, o capital necessário para que as economias centrais pudessem inverter e transformar em capacidade produtiva provinham, essencialmente, de outras partes do mundo. O que possibilitou à Inglaterra, por exemplo, de se manter como potência capitalista, foram as rendas geradas por suas empresas produtoras de borracha, chá e metais no sudeste da Ásia.

Posto isto, o nível de renda de uma economia desse tipo, tende a ser relativamente estável, embora houvesse flutuações das exportações de acordo com os preços internacionais das matérias-primas. Bastasse que uma empresa oferecesse salários acima da média para obter uma oferta totalmente elástica de mão-de-obra e esta situação permanece. O principal fator de instabilidade dos países periféricos é que, não tendo seu nível de renda atrelado à sua produção

e permanecendo a estabilidade da renda monetária interna, em confronto com a instabilidade da capacidade para importar, cria fortes pressões sobre o balanço de pagamentos.

As observações anteriores explicam por que a expansão do comércio internacional no século XIX [...] não determinou uma propagação do sistema capitalista de produção. O deslocamento da fronteira econômica europeia traduziu-se, quase sempre, na formação de economias híbridas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura arcaica. Na verdade, era raro vermos o chamado núcleo capitalista modificar as condições estruturais preexistentes, pois estava ligado à economia local apenas como elemento formador de uma massa de salários. (FURTADO, 2000, p. 255)

“Formação Econômica do Brasil” (1959) nos fornece uma visão empírica sobre o subdesenvolvimento periférico através da análise histórica do Brasil. Sob perspectiva desenvolvimentista,

Ao afirmar que, em nosso passado colonial, a atividade econômica dominante é a dirigida aos mercados externos, ele afirma [...] que essa estrutura, ao ser herdada da colônia, determinou a nossa subordinação econômica na divisão internacional do trabalho, a partir da consolidação do mercado internacional, no século XIX. (ZORZENON, 2012, p. 53)

Nas primeiras partes do livro é compreendida como a implantação deste sistema agro-exportador impõe a lógica de dependência no Brasil. A análise da economia açucareira, implantada no Nordeste, indica a impossibilidade de haver mudanças estruturais, pois a expansão se fazia extensivamente e, em momentos de crise do setor exportador, os fatores ociosos orientavam-se ao setor de subsistência, já extensivo. Após um século de crescimento extensivo - entre séculos XVI e XVII - a quebra do monopólio português implica em queda dos preços internacionais. Se se reduzem os preços, se reduz, também, a “lucratividade da empresa escravista açucareira”, porém “não impõe prejuízos, já que o custo monetário de produção é mínimo (pois terra e escravos já foram pagos previamente)”, permitindo a continuação da produção dos engenhos, o que implica em “expansão marcada por acentuado declínio de produtividade, ou seja, o crescimento da pobreza” (SAES, 2010, p. 83).

Já com a economia mineira, do século XVIII, ao contrário da anterior, há um lapso de contemporaneidade na economia brasileira pois verifica-se grande capacidade de indução à formação de mercado interno. Esta economia possibilitou o desenvolvimento de uma nova sociedade na colônia, pois, além da intensa migração de portugueses, estabelecia, ainda, a possibilidade de ascensão jurídica e social dos escravos e a mobilidade social dos homens livres pobres. Entretanto, na visão de Furtado, esta sociedade “se apresentou como um esboço de sociedade moderna que não conseguiu se concretizar definitivamente. Por isso, a sua crise, em

finais do século XVIII, deu origem a uma regressão econômica que resultou na ampliação das áreas de economia de subsistência”(ZORZENON, 2012, p. 62).

Embora o regime de dependência econômica seja apresentado de forma permanente no país desde seu descobrimento, o século XIX se apresenta para Furtado como momento de ruptura de paradigma e fundação de um novo, o desenvolvimentismo. A partir da parte quatro de sua obra, nos é fornecida uma leitura sobre como esta economia, escravista e voltada à exportação, se transformará numa economia industrial cuja produção é dirigida ao mercado interno, o que nos fornece possibilidades de desenvolvimento importantes.

Ainda no fim do século XVIII, os acontecimentos políticos da Europa impactarão profundamente a situação econômica brasileira. Ocupado pela França de Napoleão, Portugal deixa de ser o principal entreposto dos produtos das colônias tropicais, tornando-se indispensável o contato direto desta economia com outros mercados. Tendo a Inglaterra como principal potência privilegiada.

Não existindo na colônia sequer uma classe comerciante de importância - o grande comércio era monopólio da Metrópole -, resultava que a única classe com expressão era a dos grandes senhores agrícolas. Qualquer que fosse a forma como se processasse a independência, seria essa classe a que ocuparia o poder, como na verdade ocorreu, particularmente a partir de 1831.
(FURTADO, 2012, p.144)

Com o declínio do complexo nordestino (açúcar) e da economia mineira, a única vantagem do Brasil no comércio internacional é a disponibilidade de terras. Tendo condições ecológicas favoráveis, a elite colonial aposta em um produto relativamente novo - o café.

As ideias liberais, aplicadas unilateralmente pela Inglaterra, impõem o fim do tráfico de escravos da África, o que implicará em crescente escassez de mão-de-obra. Em um primeiro momento, a expansão cafeeira se realiza nas proximidades da economia mineira e se beneficia do aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados, incluindo a mão-de-obra escrava, possibilitando a criação de uma nova classe empresária que desempenhará papel importante no desenvolvimento subsequente, pois, se se compara o processo de formação das elites nas economias agrícolas anterior - açucareira - e cafeeira, percebem-se algumas diferenças fundamentais. Enquanto na primeira, as atividades comerciais eram monopólios de empresas coloniais situadas em Portugal ou na Holanda, "as decisões fundamentais eram todas tomadas partindo da fase comercial. Assim isolados, os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses". Resultando numa classe de rentistas ociosos, "cuja expressão final será o patriarca bonachão que tanto espaço ocupa nos

ensaios dos sociólogos nordestinos do século XX” (FURTADO, 2012, p. 171). A segunda, para Furtado, fecunda-se em situação completamente distinta:

Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa. E por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos. Restava por resolver, entretanto, o problema da mão-de-obra. (FURTADO, 2012, p. 172)

O café representa, na obra de Furtado, o fim do ciclo do ouro e o início de um novo. É importante ressaltar, entretanto, que a consolidação deste não é marcada pela simples substituição dos anteriores. Diante das condições apresentadas anteriormente, o ciclo do café, a partir do século XIX, apresenta novas qualidades à formação econômica e apresentam possibilidades de superação do atraso e da dependência do Brasil subdesenvolvido. A primeira questão a ser resolvida é o problema da mão-de-obra. Segundo Furtado (2012), a eliminação da única fonte importante de imigração, que era a africana, a questão da força de trabalho passa a exigir urgente solução. A solução encontrada a este problema foi o fomento de mão-de-obra estrangeira, em especial a europeia. Cabe atenção a esta questão pois Furtado destaca que em momento anteriores, a imigração europeia já havia sido incentivada e subsidiada pelo Império, entretanto “careciam totalmente de fundamento econômico” e tinham como razão “a crença na superioridade inata do trabalhador europeu” (FURTADO, 2012, p. 183). Com objetivo de embranquecimento da população através da colonização europeia. Após vultuosos gastos, o Império entregava a colônia às próprias forças o que, invariavelmente, envolviam à economia de subsistência. Segundo Furtado, a classe dirigente da economia cafeeira estava atenta ao fracasso da política de imigração pelo império e se dedicaram ao problema.

Após diversas tentativas, em 1870 o governo imperial passou a encarregar-se dos custos de viagem, resolvendo o fluxo de mão-de-obra. Ainda, a desarticulação produtiva ocorrida no sul da Itália, consequência direta da unificação política do país, permitiu um fluxo satisfatório de imigrantes e resolveu de vez o problema de mão-de-obra. Eram acordados a estes imigrantes um salário monetário anual além outro variável ao volume pago no momento da

colheita. Ainda, o fazendeiro devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para manutenção da família.

Essa última, como vimos, caracteriza-se por um elevado grau de estabilidade, mantendo-se imutável sua estrutura tanto nas etapas de crescimento como nas de decadência. A dinâmica do novo sistema é distinta. Convém analisá-la devidamente, se pretendemos compreender as transformações estruturais que levariam, na primeira metade do século xx, à formação no Brasil de uma economia de mercado interno.
(FURTADO, 2012, p. 2018)

Conforme destaca Saes (2010), os salários pagos pelo setor exportador cafeeiro catalisam o núcleo de uma economia de mercado interno. A expansão desse núcleo produz, ao menos, dois efeitos importantes:

Se por um lado, há um aumento da produtividade da economia pelo melhor aproveitamento dos fatores do setor de subsistência e também pela eventual transferência de uma parte desses fatores para o setor exportador; por outro, na economia de mercado interno surge a tendência ao desequilíbrio externo, fruto do impacto das crises externas sobre a economia brasileira.
(SAES, 2010, p. 84)

Conforme vimos, a economia do café permanece o *status quo* do subdesenvolvimento periférico, entretanto, através do mercado consumidor interno, Furtado verifica a possibilidade de superação do atraso pelo desenvolvimento de um complexo industrial. De acordo com Furtado, a estabilidade da renda interna, fornecida pelo café, permitiu a diversificação de novos hábitos de consumo com a importação de diversos artigos industriais de procedência estrangeira. Dada a instabilidade de preços do setor exportador, nas fases de forte declínio, “a rentabilidade dos negócios ligados ao mercado interno tende a crescer, em termos relativos, pois aumentam os preços das mercadorias importadas ao mesmo tempo que se mantém o nível da renda monetária”. Cria-se, assim, “condições favoráveis à criação de atividades ligadas ao próprio mercado interno”. (FURTADO, 2000, p. 257)

Nas estruturas subdesenvolvidas, há um paradoxo quanto ao seu desenvolvimento intrínseco. Isto porque o fator dinâmico da economia continua sendo a procura externa. Ao crescer o volume de exportações, aumenta-se o nível de renda, entretanto “como a expansão do setor externo é acompanhada de melhora na capacidade de importação, reduz-se a magnitude real do multiplicador interno da renda (mercado interno)” (FURTADO, 2000, p. 259) dado que a demanda por manufaturas é satisfeita pela oferta dos países centrais. Em momentos de queda no preço das exportações, reduz-se a capacidade de importação e, assim, o núcleo industrial

entra em etapa de bonança pois ocupa a demanda de manufaturas de substituição por importação, entretanto, assim que os preços das exportações voltam a ser favoráveis, o fluxo de desenvolvimento de um complexo industrial, ponto central de superação do subdesenvolvimento de Furtado, entra em estagnação e transforma-se em um ciclo eterno de altas e baixas.

Aqui, finalmente, se encontra o debate de desenvolvimento de Furtado no mundo material. O parágrafo anterior resume o porquê do desenvolvimento econômico não poder ser tratado de forma linear, onde devem ser satisfeitas etapas,

Não se trata de simplificação metodológica, mas de uma observação inadequada da realidade, de que podemos reproduzir a tendência anterior. A aceitação a essa doutrina se deve à confusão entre economia subdesenvolvida e “país jovem” e ignora a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento, considerando-o como um processo transitório (à lá Rostow).
(FURTADO, 1979, p. 20)

Em “Formação Econômica do Brasil”, Furtado se debruça sobre outras questões profundas do problema aos quais apontavam dificuldades a enfrentar na condução do processo de industrialização e que não serão detalhados neste trabalho. O que cabe ressaltar é que Furtado, como homem público que foi, não se bastou em delinear os limites do subdesenvolvimento no campo das ideias. Verificada a fragilidade de implantação de um sistema industrial, dado o caráter meramente substitutivo, em momentos de desvantagem da balança comercial, havia-se a necessidade de priorizar um projeto de desenvolvimento destas indústrias. Entretanto, para ele a própria industrialização

parecia ser suficiente para resolver o desequilíbrio externo e para reduzir as pressões inflacionárias, pois ela se encaminha na direção da indústria pesada e de bens de capital, reduzindo as pressões sobre o setor externo da economia. [...] (até mesmo) os desequilíbrios regionais pareciam ser passíveis de solução por uma adequada intervenção do Estado.
(SAES, 2010, p. 85)

Esta é a leitura tipicamente desenvolvimentista e que parecia plausível. Dado o conhecimento compartilhado de economistas e estudiosos, ao menos da época em que Furtado formulou sua tese, de identificar desenvolvimento com industrialização, o deslocamento do do centro dinâmico da economia brasileira - industrialização voltada ao mercado interno - ao longo das primeiras décadas do século XX, seria possível estabelecer um plano de superação do atraso.

Conforme repetido diversas vezes neste trabalho, as teses de Furtado são precedidas de análise histórica. Tendo como base a publicação de “Formação econômica”, a consolidação da CEPAL e do pensamento desenvolvimentista na América-latina durante a década as décadas de 1950 e 1960, se coloca uma questão importante, colocada por Lima Vieira (2010): Qual sua concepção de História de Furtado?

Segundo ela traduz, sua concepção “não é reacionária ou conservadora, porque Furtado propõe uma ruptura com as formas arcaicas de utilização de recursos como terra e mão-de-obra, por exemplo”. Entretanto, também não pode ser considerada “progressista ou revolucionária, porque ele não questiona o capitalismo em si e não se refere aos movimentos sociais como sujeitos na história” (LIMA VIEIRA, 2010, p. 47).

Ainda, conforme periódico publicado para Conferência do Desenvolvimento (CODE) de 2011, intitulado de “Industrialização e Desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro”, ao ressaltar a importância política e acadêmica nas teses de Furtado e, conseqüentemente, da CEPAL, destacam o momento específico às quais foram formuladas - após a II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Deve-se compreender, portanto, que o conflito geopolítico dos blocos capitalista, liderado pelos EUA, e socialista, liderado pela URSS, possuíam grande interferência sobre a formação de pensamento político e econômico no Mundo.

A formação na América Latina de uma “coalização desenvolvimentista” encontra-se vinculada às condições vigentes na economia mundial, particularmente às alterações na política externa norte-americana após 1947 e sua preocupação com a expansão do socialismo. O projeto desenvolvimentista [...] é a resposta capitalista “tolerada pelos liberais” para fazer frente à expansão do projeto socialista.
(LESSA apud CODE IPEA, 2011, p. 6)

Em síntese, Furtado e os desenvolvimentistas fundamentam uma nova concepção ao atraso e dependência dos países latino-americanos, levando a elaborar um projeto de superação pela industrialização, no entanto desconsidera o fato de que este programa, sob tutela dos países centrais, possui limites práticos. Se por um lado, a teorização do subdesenvolvimento é brilhante e precisa em materializar o atraso latino-americano e dar luz ao fato de que este é um problema autônomo, estrutural e permanente; por outro, a crença na teoria clássica de igualdade entre desenvolvimento e industrialização, faz com que a principal preocupação dos desenvolvimentistas caia por terra. É claro, pois, que se a dependência de diversas nações foi essencial para a expansão do capitalismo e a de que possuímos apenas um planeta terra de dimensões constantes, não há possibilidade de evolução, no mesmo sentido, das economias

subdesenvolvidas. O rompimento de um ciclo de dependência será iniciado por outro. O desenvolvimento econômico, ao qual conhecemos nos centros de ensino, não deve ser encarado de outra forma senão como um “mito”.

3. A CONSTRUÇÃO DE UM MITO

Ao longo de sua vasta obra, observamos em Furtado a reparação e o aperfeiçoamento de seus estudos durante a história e dos rumos políticos brasileiros, além disso nota-se o impacto da maturidade inerente aos anos colecionados de sua vida. Encaremos a publicação de “Formação Econômica do Brasil” e a formulação de sua tese do subdesenvolvimento como obra de sua juventude otimista. A sequência dos fatos econômicos, da década de 1930 até fins de 1960 o faziam crer em uma agenda positiva como superação do desenvolvimento por meio da industrialização. Nos acontecimentos seguintes, entretanto, é possível identificar “uma inflexão no pensamento de Furtado no final dos anos 60 e início dos 70” (SAES, 2010, p.93). Após o golpe militar de 1964, diversos políticos e intelectuais da classe dirigente do Brasil são forçados ao exílio, incluindo Celso Furtado, o que marca o fim da estratégia desenvolvimentista e reformulação do desenvolvimento.

A chave para interpretar a obra de juventude de Furtado é pensar a industrialização voltada para dentro da economia como modo de superação do atraso. A obra da maturidade é entender como a periferia do mundo não foi capaz de reproduzir os padrões de vida social, política e cultural do centro. [...] A cronicidade da má distribuição de renda e riqueza, a desigual incorporação social, sua transposição para o interior urbano e metropolitano e a recorrência autoritária, na sequele da industrialização, levaram Furtado a buscar noutros domínios a explicação para o atraso.
(LESSA apud SAES, 2010, p.93).

De fato, “a história econômica, social e política da América Latina e a mobilização de organizações populares atestaram a falsidade (e a ingenuidade) dos desenvolvimentistas. A industrialização aprofundou, por exemplo, a heterogeneidade social e produtiva na periferia” (CASTELO BRANCO, 2009, p.3).

No exílio, levado pelo ceticismo e descrença quanto à condução política dos militares no Brasil e ao fracasso verificado pelo modelo desenvolvimentista, Celso Furtado publica quatro ensaios ao longo dos anos 70, durante sua permanência como professor visitante da American University, em Washington, e breve passagem em Cambridge, Inglaterra, onde se debruça sobre o problema do subdesenvolvimento, mas busca compreender outros aspectos centrais do problema de atraso e dependência da periferia. Juntos, culminaram na obra “O mito do desenvolvimento econômico”, de 1974.

Em que consiste o desenvolvimento periférico, dada sua incapacidade pela via de um processo capitalista autônomo? No “mito”, Furtado destaca

Com o campo de visão delimitado por essa ideia diretora, os economistas passam a concebem complexos esquemas de processo de acumulação de capital, no qual o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico [...]. Pouca ou nenhuma atenção

é dada às consequências, no plano cultural, de um crescimento exponencial de estoque de capital. As grandes metrópoles modernas, com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, movimento jovem anti cultura e deterioração dos serviços públicos viraram pesadelo ao sonho do progresso linear. (FURTADO, 1979, p. 14)

A ideia de desenvolvimento econômico permanece em concordância com o paradigma Cepalino anterior. Entretanto, embora Furtado sempre tenha defendido a coordenação de um “projeto nacional” para superação do subdesenvolvimento, a partir do “Mito” ele considera o êxito de consolidação do regime capitalista industrial devido à aliança dos grupos sociais dominantes, aliados à burocracia estatal, em torno deste objetivo. Furtado levanta duas questões específicas sobre o subdesenvolvimento. A primeira “se refere à constatação do caráter de mito moderno do desenvolvimento econômico”. A segunda, um tema alheio ao pensamento tradicional da ciência econômica que “diz respeito aos impactos do processo econômico no meio físico na natureza”. (CAVALCANTI, 2001, p. 1). A partir de um diagnóstico mais heterodoxo, Furtado encara o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos como uma ilusão e destina seus esforços a compreender a necessidade de uma nova orientação ao desenvolvimento em um sentido mais igualitário e reforçando o respeito à identidade cultural e à redução de desperdícios da periferia.

A mudança da posição de Furtado ocorre “exatamente no entendimento que o autor tem sobre o processo de evolução do capitalismo em condições estruturais desiguais, como mecanismo de defesa dos desarranjos inerentes e cíclicos do capitalismo avançado” (CEPEDA, 2003, p. 6).

A coesão interna das economias capitalistas industriais, conforme Furtado, de inspiração keynesiana, se deu de forma muito superior ao que era considerada em uma economia de mercado. Em nenhuma parte da história, essa passagem ocorreu no quadro do *laissez-faire*. Foi sempre o resultado de uma política deliberadamente concebida para este fim (FURTADO, 1979, p. 23). Este também é um ponto de concordância em todas as suas fases da vida. Entretanto acrescenta-se à obra de sua maturidade a grande empresa como principal agente das fases seguintes do capitalismo. A ação de expansão dos estados nacionais no centro do sistema modificou-se a fim de adaptar-se à atuação das grandes empresas as quais são o verdadeiro motor do sistema. Portanto a centralização do poder econômico diversificada possibilita o controle do comércio internacional por oligopólios.

Os países periféricos possuem função primordial na economia capitalista de produção primária ou de baixo valor agregado (Prebisch, 1949). Podemos considerar, portanto, a intencionalidade entre o sucesso do capitalismo e a manutenção da dependência e atraso do subdesenvolvimento

e que a evolução desse sistema desencadeia um processo de degradação ambiental ocasionado pelo elevado grau de especialização na produção agrícola e extrativa necessária para abastecer o mercado mundial.

3.1 MIMETISMO CULTURAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

O insucesso do programa desenvolvimentista de fortalecimento de um núcleo industrial baseado no mercado interno, contido na juventude de Furtado, pois constitui o que o próprio autor denomina de “armadilha histórica do subdesenvolvimento”. Em essência, o processo industrial, “que nos países centrais havia gerado a escassez de mão-de-obra e a elevação dos salários, não se reproduz na periferia da mesma forma” (SAES, 2010, p. 95). No centro, o acúmulo de capital concentrado na indústria permite o crescimento por suas próprias forças. Já na periferia, em que as vantagens comparativas se assume na especialização de exportador de produtos primários,

como não requer modificações do sistema produtivo, a especialização assume papel de um incremento das importações disponível para ser utilizado na aquisição de bens de consumo. A consequência principal da reprodução de industrialização de substituição de importações que se verifica, no longo prazo, é a instalação de subsidiárias de empresas nos países cênicos, reforçando o padrão de consumo de países desenvolvidos, levando à síndrome de tendência à concentração de renda. Este processo é caracterizado pela terceira fase na evolução do capitalismo industrial. (FURTADO, 1979, p. 25)

Em suma, Furtado segue a mesma tendência de expansão das economias industriais abordada no capítulo anterior e em suas obras anteriores. Nota-se, entretanto, que o trecho “evolução do capitalismo industrial” tem finalidade semântica distinta de sua tese anterior. Enquanto, em outro momento, Furtado declara a reprodução do subdesenvolvimento a partir da expansão do núcleo industrial europeu, no “mito” é enfático em caracterizar o subdesenvolvimento como condição preexistente de um regime econômico. o emprego do adjetivo “evolução” dá ao sujeito - capitalismo industrial - o caráter de mutável, no sentido de especializar-se, e permanente. O traço mais característico da especialização do capitalismo é que

ele prescinde de um Estado nacional ou multinacional, com pretensão de estabelecer critérios de interesse geral disciplinadores do conjunto das atividades econômicas [...] em benefício das grandes empresas, visto que na medida em que as economias ganharam em estabilidade necessitam, fundamentalmente, das transações internacionais, e estas estão sob o controle das grandes empresas. [...]a grande empresa controla a inovação - introdução de novos processos e produtos - dentro das economias nacionais, assegurando o principal instrumento de expansão internacional;

são os principais agentes que realizam estas transações e operam sob orientação que escapa à ações isoladas de qualquer governo; mantém liquidez fora do controle dos bancos centrais e fácil acesso ao mercado internacional.
(FURTADO, 1979, p. 33)

Dotado de ceticismo que o cerca ao longo do exílio, este é o principal ressignificado que Furtado dá ao desenvolvimento da periferia do regime capitalista. Não se trata de encarar a situação como declínio da atividade política, embora Furtado fosse um desenvolvimentista de viés nacionalista, mas sim emergência de forma nova de organização política. Após a II Guerra Mundial, sob a liderança dos Estados Unidos, o sistema capitalista passa a ser chancelado como unidade de comando político em antítese ao bloco socialista, apoiando-se em um sistema de segurança e defesa ao qual os demais Estados se subordinam à sua principal potência. Este é o principal movimento de fortalecimento das grandes empresas rumo à homogeneização de consumo. O dinamismo econômico, conforme a lógica capitalista, se concentra no centro do sistema e decorre “do fluxo de novos produtos e elevação dos salários reais que permite expansão em massa” (p. 44). Na periferia, constituído por um regime econômico dependente, condiciona sua indústria à substituição de importações que, conforme o maduro Furtado, é um processo incentivado pelos oligopólios internacionais, que se beneficiam da utilização de tecnologia e equipamentos já amortizados (FURTADO, 1979).

As grandes empresas compõem grande poder de decisão na periferia do sistema dado que as atividades industriais surgiram integrada com fluxos de importação, de modo que o câmbio internacional, díspares em grande parte dos países periféricos, não são mais controlados pelos bancos nacionais e sim por elas próprias. A isto, Furtado (1979) utiliza, como exemplo, uma petrolífera que manipula os preços internamente para cobrir os custos locais, e o excedente, que representa o lucro líquido, é exportado. Caso haja movimentação ao câmbio desfavorável à empresa, esta poderá alterar os preços internos para compensar as perdas. Ou ainda, de uma empresa cujo produto é vendido internamente que, caso sejam impostas dificuldades de transferências de remessa e dividendos à sua matriz, esta empresa elevará arbitrariamente o preço da importação de produtos essenciais na produção, como peças ou patentes.

Esse efeito, por si só, representa o fosso entre o crescimento acelerado centro e o atraso da periferia³. Assim, enquanto no capitalismo cêntrico o processo de acumulação das grandes empresas avançou com inegável estabilidade na repartição de renda, pois a massificação de consumo era antecedida por uma demanda, além das inversões ocorrerem localmente,

³Em “O mito do desenvolvimento econômico” (1974), Furtado informa: “a taxa de crescimento da renda per capita do centro e periferia são, respectivamente, 3,5% e 2,5%. Mesmo que fosse o mesmo percentual, 3,5 de renda de 200 corresponde a 7 e numa economia de 2000, 70 dólares.” Ver FURTADO (1979, p. 43)

o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanência de concentração de renda para manter os mesmos padrões de consumo do centro. Este é o ponto fundamental para o reconhecimento da estrutura global do sistema capitalista. (FURTADO, 1979, p.)

Em essência, o subdesenvolvimento furtadiano permanece suas raízes entre uma conexão precisa de um processo de exploração e dependência tecida ao longo da história. O que há de novo, entretanto, é a reorganização destes fatores de dependência. Anteriormente, conforme destaca Cepeda (2003), Furtado via que os principais entraves existentes nas economias subdesenvolvidas são a escassez de inovação tecnológica e a abundância na oferta de trabalhadores. Não havendo pressão sobre salários, os capitalistas se acomodam e não se veem forçados a incorporar novas tecnologias. Resumidamente, este é o caráter dual entre tradicional e moderno de uma economia periférica. A saída, portanto, seria o desenvolvimento da economia através da coordenação do polo industrial pelo Estado.

Entretanto, a partir dos anos 70, há uma reinterpretação da modernização através da introdução das dimensões cultural e ambiental. Furtado admite que, independentemente do nível de modernização “há um raciocínio cíclico impedindo o desenvolvimento de se processar” (CEPEDA, 2003, p. 9).

Em uma economia subdesenvolvida, no momento em que se decide produzir bens anteriormente importados, o pólo industrial tende a criar dois segmentos: “o primeiro ligado a atividades tradicionais, destinadas às exportações ou ao mercado interno; o outro constituído por indústrias de elevada densidade de capital, produzindo para a minoria modernizada” (FURTADO, 1979, p. 87) e dependente de tecnologia importada das grandes empresas. Conforme aponta Saes (2010), a interpretação de Furtado é a de que a dependência expressa na esfera produtiva se manifesta, antes, “como um fenômeno cultural ao condicionar os padrões de consumo” (p. 95). No centro do sistema, o progresso técnico resulta em novos processos produtivos que geram aumento de produtividade que se reflete, automaticamente, em valorização da renda. O progresso, então, se traduz em “introdução de novos produtos capazes de serem incorporados na cesta bens de consumo” (FURTADO, 1979, p. 83). Entretanto as economias periféricas, conforme destaca SAES (2010), o progresso técnico penetra sob a forma de novos produtos sem que haja qualquer mudança nos processos produtivos. Ora, se incorporar estes produtos requer uma distribuição mais igualitária da renda, então “quanto maior a cesta de bens de consumo, maior terá de ser a renda das pessoas que os consomem” (FURTADO, 1979, p. 99).

O resultado deste fluxo de progresso nos países subdesenvolvidos é um “desequilíbrio a nível de fatores”, ou seja, a tecnologia absorvida é inadequada. Enquanto no centro, o progresso da indústria e a disponibilidade de produtos é gradual e acompanha o

desenvolvimento do sistema, na periferia, diante de uma constelação de bens, a classe em que o excedente que a permite consumi-los se vê obrigada à rápida evolução a fim de alcançar o nível de consumo do centro. A artificialidade deste processo resulta na tentativa de adaptar a tecnologia escassa, de escasso resultado para o progresso econômico.

A “Modernização” para Furtado (1979), portanto, passa a ser o processo “de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação” (p. 90).

O fenômeno de dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que só podem ser mantidos se criam excedentes no comércio exterior. É a rápida diversificação desse setor do consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível.
(FURTADO, 1979, p. 87)

Quanto maior for o processo de modernização, mais intensa é a pressão por aumentar o excedente, que pode ser satisfeito pela expansão das exportações, objeto das vantagens comparativas estáticas no comércio internacional, ou pelo aumento da exploração.

Mesmo em fase de plena industrialização, a orientação do progresso técnico, e da consequente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta na especificidade do subdesenvolvimento. O processo de modernização se dá pela instalação de firmas multinacionais e, por consequência, passa a ser liderada por elas. Conforme SAES (2010), o resultado do avanço destas empresas na reprodução de bens resultante da inovação dos países centrais “aprofunda a tendência à concentração da renda, tornando mais fortes as redes da armadilha do subdesenvolvimento” (p. 96). Quanto maior o processo de industrialização na periferia, mais estreito será o controle dos grupos estrangeiros, entretanto, Furtado (1979) destaca que a situação de dependência não se limita pelo controle das grandes empresas. É necessário o apoio e a participação das respectivas classes dirigentes destes países - burocracia estatal ou a burguesia local - e que se mantenham em posição dominante. Há aqui importante consideração a se fazer: Em sua juventude, seu processo de desenvolvimento se personificava em uma agenda nacionalista e intervencionista, pelo Estado,

contudo o controle da produção não significa necessariamente menos dependência se o sistema pretende continuar a reproduzir os padrões de consumo permanentemente criados no centro e dificilmente os grupos dominantes se afastam da visão do desenvolvimento como processo mimético de padrões culturais importados.
(FURTADO, 1979, p. 90)

3.2.O MEIO-AMBIENTE

Conforme vimos, o processo de “modernização” ao qual incorpora novos produtos em um país periférico através do mimetismo cultural de uma pequena elite, segundo Furtado, representa a deformação do subdesenvolvimento frente às tendências evolutivas do sistema capitalista. Este modelo, além de expor o irrealismo do modelo econômico utilizado pela ortodoxia baseado na projeção do comportamento histórico das economias industriais, evidencia a crônica concentração de renda e se funda na utilização “dos recursos naturais de fácil acesso e controle de grande parte dos recursos não-renováveis que se encontram nos países subdesenvolvidos” (FURTADO, 1979, p. 19). Com base nisso, Furtado introduz o que atualmente consideramos “desenvolvimento sustentável”. De acordo com Clóvis Cavalcanti,

A noção atual de desenvolvimento sustentável representa vindicação do pensamento de Furtado: não é qualquer taxa de crescimento da economia que pode ser perseguida; há que pensar-se antes naquilo que é (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável, realizável. Mas isto é o que se percebe hoje, depois da Rio-92 e do chamado Relatório Brundtland.
(CAVALCANTI, 2001, p. 4)

A dominação, por parte dos principais agentes do centro capitalistas, nas esferas cultural e ambiental constituem o que Furtado caracteriza como mito. A discussão sobre a questão ambiental na economia, apesar de se apresentar com certa frequência nos dias atuais, era quase inexistente nos anos de 1970. Baseado no estudo preparado pelo Clube de Roma, *The limits to growth*, são apresentados dados representativos à tendência estrutural da economia mundial. Da década de 70 em diante, devido à sucessão de debates sobre o tema, emergiram novos paradigmas que buscavam mudanças estruturais, com a adoção de níveis ótimos de exploração, ou a precificação dos agentes poluentes.

O resultado do trabalho e das discussões traz conclusões alarmistas sobre o processo de crescimento econômico. A interpretação do trabalho do Clube de Roma é a de que se “desenvolvimento econômico chegasse efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos universalizam-se” (FURTADO, 1979, p. 17). Ressalta-se, entretanto, o pioneirismo de Furtado no que se refere a esta hipótese, pois a degradação do meio físico ocorre sem a necessidade de tal universalização. A orientação do desenvolvimento ocorre da exclusão das massas na periferia. A criação de valor, considerando a tendência evolutiva do capitalismo, causa danos irreversíveis ao mundo físico.

Seu argumento se sustenta na visão termodinâmica elaborada pelo matemático e economista romeno-americano Nicholas Georgescu-Roegen, nome mais destacado na elaboração de um modelo biofísico da economia. O processo consiste em transformar energia livre, ao qual o homem tem acesso, em energia não-disponível.

Georgescu-Roegen, que nos diz que algumas teorias consideram que o homem não é capaz de criar ou destruir matéria ou energia - verdade observada pela primeira lei da termodinâmica. Do ponto estritamente físico, pode-se observar que o processo econômico limita-se a absorver e a rejeitar matéria-prima.
(FURTADO, 1979, p. 18)

Este processo gera dupla pressão sobre o ambiente, conforme Cavalcanti (ano): sugando recursos, principalmente os não-renováveis, e devolvendo matéria degradada resultante da geração de valor. Os processos produtivos, naturalmente, por razões estudadas pela física (segunda lei da termodinâmica), dissipam energia e degradam a matéria. A relação, deste modo, entre crescimento econômico é, necessariamente, mais degradação.

Assim, a ideia do mito do desenvolvimento está relacionado ao fato de que o crescimento econômico, representado pelo PIB e chamado por Furtado de “vaca sagrada dos economistas”, cria ilusão de que se obtendo este, o desenvolvimento econômico ocorre automaticamente sem considerar o fato de que uma economia em franca expansão gera danos irreversíveis ao meio-ambiente, além do empobrecimento cultural causados pela modernização.

Por que ignorar, em sua medição, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Se o aumento da taxa de crescimento do PIB é acompanhado de baixa do salário real e esse salário está no nível de subsistência fisiológica, é de admitir que estará havendo um desgaste humano.
(FURTADO, 1979, p. 118)

“Esgotar um recurso, como aconteceu com o manganês no Amapá, é contado positivamente no PIB” (CAVALCANTI, 2003, p. 79). Delinear os limites ecológicos permite Furtado aprofundar essa visão crítica sobre a ortodoxia do processo econômico. Partindo desta perspectiva, vê-se que os custos ambientais deveriam ser contabilizados no processo de cálculo de renda de um país. “Introduzir tais custos na contabilidade nacional poderia até tornar taxas de crescimento negativa (e aqui o desenvolvimento como fábula se evidencia com nitidez)” (p. 79).

Basta, por exemplo, que se concentre mais renda ou se aumente o nível de produção de matérias-primas não renováveis, por exemplo, que se verificará a maravilha do crescimento sem que haja nenhum benefício à massa da população. Outro exemplo é a construção de condomínios residenciais fechados ou o cercamento de praças e edifícios públicos, como resposta à insegurança urbana, “termina contribuindo para aumento do PIB e a impressão de que, assim, se tem desenvolvimento” (CAVALCANTI, 2001, p. 8).

Ainda, há algo em comum que gera excitação aos economistas: o ato de investimento provém da subtração de consumo. Este pensamento se baseia em uma falácia gritante.

Se, por exemplo, me privo de uma segunda garrafa de vinho, subtraio 50 cruzeiros do consumo aos quais poderão ser invertidos em investimento; se um trabalhador é

obrigado a reduzir sua ração, poderá prejudicar sua saúde, reduzindo número total de dias que trabalhará em sua vida.
(FURTADO, 1979, p. 117)

No livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Furtado destaca que a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes” (p.118)

A conclusão é a de que quanto mais avança a acumulação de capital, maior é a interdependência entre o futuro e o passado, pois

Basta especular teoricamente se a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar os problemas criados pela civilização, e sim apenas reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico cujas consequências tratamos de ignorar.
(FURTADO, 1979, p. 18)

Para Furtado, seria ingenuidade acreditar que o progresso técnico poderá aumentar a eficiência dos recursos e mitigar a descarga de lixo. “Os limites ao crescimento, pois, podem estar na saída, que destrói a camada de ozônio e lança horizontes sombrios sobre o progresso da modernidade” (CAVALCANTI, 2001, p. 6).

Se o conjunto do sistema permitisse maior distribuição ou, ao menos, a mitigação de concentração, o desenvolvimento “dependeria menos da introdução de novos produtos finais e mais da difusão do uso de produtos já conhecidos, o que significaria um mais baixo coeficiente de desperdício” (FURTADO, 1979, p. 69).

A autonomia cultural - ou a inexistência de “colonização ideológica” de uma classe pela classe dominante - representa, para Furtado, uma das condições objetivas para a existência de uma classe e, sem dúvida, pré-requisito do desenvolvimento autêntico, não falacioso ou mítico.
(CAVALCANTI, 2001, p. 11)

Até lá, o desenvolvimento deve antes de tudo responder às questões sociais, assegurar suprimento das necessidades mais básicas como segurança alimentar, habitação e saúde e além de questões de produtividade alimentar.

3.3 O BRASIL E AS OPÇÕES PARA A PERIFERIA

O Brasil constitui exemplo interessante na compreensão de que a economia industrial, replicada do centro para a periferia, constitui em uma fábula do desenvolvimento, onde a moral da história reflete o oposto à condição destes países. Ao contrário do que se imaginava, o país pôde avançar no processo de industrialização sem que abandonasse sua estrutura subdesenvolvida, como grande parte da população vivendo a níveis de subsistência fisiológica no campo e grande contingente de pessoas subempregadas nas zonas urbanas.

Conforme exposto por Furtado no “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, o aumento de renda - acumulação de capital - podem ocorrer de três formas diferentes:

- a) o desenvolvimento econômico: isto é, a acumulação do capital e adoção em processos eficientes; b) exploração de recursos naturais não-renováveis; e c) realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de DIT. (FURTADO, 1979, p. 99)

No Brasil, ocorre o que o autor denomina “modernização”, que é o aumento de renda adotando os itens b e c, acima.

Tomemos como base o século XIX: dois produtos primários sofrem enorme valorização no comércio internacional, o café e a borracha, oferece ao Brasil a oportunidade de expansão das exportações a preços elevados. Estes ganhos propiciam elevados lucros concentrados nas mãos dos proprietários que por sua vez, permite incorporarem os padrões de consumo dos países centrais. Devido à concentração territorial e abundância de mão-de-obra, o processo de mimetização cultural exigiu pressão sobre os salários a níveis de subsistência ao mesmo tempo em que permitisse satisfatório desenvolvimento urbano e fomento da indústria, o que causou falsa simetria e crença em um processo de superação do atraso através da industrialização. Ainda, em países de grande população, a simples concentração de renda já permite a formação de um mercado suficientemente amplo (FURTADO, 1979, p. 45).

O quadro geral de industrialização brasileira foi o de substituição de importações, que possibilitou a produção de bens de consumo básicos, em sua maioria não duráveis, influenciando a geração de empregos, entretanto a produção de bens de consumo duráveis se manteve baixa. Para Furtado, do pós-guerra até meados de 1950, este efeito negativo foi combatido por ações do governo com objetivo de reduzir o preço de maquinários importados por meio de subsídios e taxas diferenciais de câmbio. Após, com a deterioração dos termos de intercâmbio baseados nas trocas comerciais, o governo inicia um processo de endividamento para sustentar os mesmos subsídios e se engaja em crescer a economia por meio de obras públicas. Após o golpe militar, o Estado passa a tomar medidas com efeitos diretos para distribuição de renda a fim de produzir melhor perfil de demanda que se ajusta aos planos de expansão das grandes empresas de atuação internacional e às expectativas de minoria modernizada.

O período compreendido entre o pós-guerra e a publicação do livro, na década de 1970, revelou para Furtado que a economia cresceu a uma taxa satisfatória. Embora até 1964 houvesse uma tentativa do Estado, ao qual ele exerceu influência direta por meio de uma agenda desenvolvimentista, os efeitos diretos do aumento do PIB tiveram efeitos pouco significativos no processo de formação de capital.

A principal crítica de Furtado, no entanto, refere-se ao período em que o Brasil experimentou níveis espetaculares de crescimento. Este período foi chamado de “Milagre econômico”, ao qual é contemporâneo à publicação do “Mito”.

Em síntese, o processo correspondente à crescente concentração de renda geram investimentos que tendem à “maximizar a transferência de progresso técnico através das grandes empresas, e a fazer crescer o afluxo de recursos estrangeiros” (FURTADO, 1979, p. 109), assim, a política de incentivo a este determinado perfil de demanda de reprodução cultural tenderá a refletir positivamente no PIB. Há, portanto, intencionalidade da classe dirigente em assegurar a permanência deste modelo de crescimento.

Dentro deste quadro geral, o governo brasileiro tem procurado atingir quatro objetivos básicos: a. fomentar e dirigir o processo de concentração de renda para beneficiar os consumidores de bens duráveis, isto é, a minoria da população; b. assegurar um certo nível de transferência de pessoas do setor de subsistência para os setores beneficiado pelo salário mínimo legalmente garantido; c. controlar o diferencial entre o salário mínimo e o nível de renda de subsistência [...] d. subsidiar exportação de bens manufaturados a fim de reduzir pressão sobre os setores de bens de consumo não-duráveis, cuja procura cresce lentamente em razão da concentração e de ter melhorado posição da balança de pagamentos.
(FURTADO, 1979, p. 109)

De acordo com o autor, os itens b e c são variáveis de manejo de tensões sociais resultante da tendência de concentração, no entanto, a simples criação de novos empregos, pelas grandes empresas, possibilita a quantidade de pessoas empregadas em uma família, e por sua vez viabiliza a redução do custo de trabalho sem diminuir a renda familiar.

Portanto, o centro de ação do governo está no beneficiamento da concentração de renda, por meio das políticas de crédito e fiscal.

Conforme destaca, o “surto de procura de bens de consumo duráveis originou-se de uma rápida expansão do crédito aos consumidores, beneficiando a classe média alta” (p. 110). A inflação associada beneficiou a produção das empresas privadas pela redução de custo do trabalho, conforme destacamos dos itens b e c. Por sua vez, o aumento da taxa de lucro levou a um boom de investimentos privados, em especial da indústria, que favoreceram grupos superiores da escala salarial. “Essa situação, coincidindo com o declínio do salário mínimo, engendrou uma extrema concentração de renda não derivada da propriedade”.

Entretanto, é através da política fiscal que o “governo perseguiu o objetivo mais ambicioso de tornar permanentes as novas estruturas” (p. 111). Foi permitido, como alternativa ao pagamento de parte do imposto de renda, que o contribuinte formasse uma carteira de investimentos com objetivo aparente de ligar o alto poder aquisitivo ao fluxo de lucro. Pode-se dizer que o Brasil está engendrando um novo tipo de capitalismo extremamente dependente da

apropriação e utilização dos lucros para gerar certo tipo de gastos de consumo (FURTADO, 1979).

O que é certo que os pobres, com uma pesada carga de impostos indiretos, estão excluídos desses privilégios. A tendência ao modelo brasileiro, portanto, é a de “excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico” (FURTADO, 1979, 112).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi buscar aspectos essenciais à questão periférica do sistema capitalista global, em especial a América Latina e o Brasil, através da valorização de Celso Furtado, que não habita mais o nosso mundo físico, mas que deixou um legado por sua originalidade e contemporaneidade. Por meio desta análise, conseguimos compreender a especificidade do subdesenvolvimento, que é um processo histórico distinto, sendo necessária uma abordagem alternativa ao modelo clássico, que constitui, basicamente, na reprodução do modelo dos países que lideraram a revolução industrial e que compõem o centro desse sistema. Daí a importância histórica da corrente desenvolvimentista, única originalmente latino-americana, para fazer frente ao *mainstream* econômico.

Entretanto, conforme explicitado no decorrer deste trabalho, a concepção à superação do subdesenvolvimento foi frustrada. Furtado observa que o modelo de superação do subdesenvolvimento, baseado na implantação de um complexo industrial, deu sinais de fragilidade. Não é possível afirmar que houve negligência ou falha por parte dos desenvolvimentistas, mas sim ingenuidade na crença de correlação entre industrialização e desenvolvimento. O subdesenvolvimento é parte integral das tendências evolutivas do capitalismo, ou seja, o atraso e dependência da periferia possui relação causal com o centro, e não circunstancial, portanto sua tentativa de superação, constituído dentro desse sistema global, não passa de uma miragem. O processo industrial liderado pelas grandes empresas, através de suas subsidiárias, determinam o nível tecnológico do país e reforçam o nível de dependência em duas dimensões. A cultural, por meio do mimetismo cultural de uma pequena elite e do meio-ambiente, dada subordinação do comércio internacional de exportadores de matérias-primas. Os efeitos imediatos e permanentes são os de crônica concentração de renda e a destruição.

O desenvolvimento econômico, para Furtado, é a única forma de garantir humanização ao povo. Sob uma perspectiva ampla, apesar da incapacidade do Estado em coordenar as atividades econômicas por estarem, em sua leitura, sob as grandes empresas, este tem a responsabilidade de garantir os serviços básicos e garantia jurídica aos trabalhadores. Da impossibilidade de superação do subdesenvolvimento capitalista, cabe, primordialmente, garantir a democracia do Estado de Bem-Estar. Esta é, pois, o meio mais apropriado de orientar as tensões geradas pelo desenvolvimento como garantias de dignidade às suas respectivas nações.

Uma crítica ao capitalismo, lendo Furtado, não é a de uma preexistência de desigualdades - como se pensa, de forma antagônica quando se fala de comunismo - pois o desenvolvimento dentro do sistema está pautado em elevação de renda de forma homogênea. Entretanto esta é uma semiótica. Quando analisamos que o capitalismo necessita de acumulação constante, sua expansão prevê segregação à margem do sistema. Ainda, a sua forma de evolução é centrada na difusão de novos produtos e do consumo acelerado. Como principal problema, está a questão climática dos recursos não-renováveis. Qual o limite de acumulação, no capitalismo? Não existe. Aliás, existe para ser superado, não para ser alcançado

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Pedro. **Crescimento com distribuição de renda e justiça social**. IPEA. Desafios do Desenvolvimento. Ano 6, Edição 53, 2009 <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2275:catid=28&Itemid=23> Acessado em 20/07/2020

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2ª ed, 1988

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O Desenvolvimentismo**: do pós-guerra até meados dos anos 1960. O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa. Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento : Caixa Econômica Federal, 2011

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento como missão**. 2005. Revista de Administração de Empresas, ed. 45 (2)

CASTELO BRANCO, Rodrigo. **Marxismo e pensamento econômico brasileiro**: críticas socialistas à ideologia desenvolvimentista. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, ano

CAVALCANTI, Clóvis. **Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico**. Trabalhos para discussão, n. 104, 2001

_____. **Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia**. vol.5, n.2, pp.73-84, 2003

CEPEDA, Vera Alves. **O pensamento político de Celso Furtado**: desenvolvimento e democracia. Especial para Gramsci e o Brasil. 2003

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **História da CEPAL**. CEPAL. <<https://www.cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal>>. Acessado em 02/08/2020

CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, Jose Marangoni. **Celso Furtado: Os desafios do desenvolvimento**”. Oficina Universitária UNESP. Marília, Cultura Acadêmica, 2010.

D’AGUIAR, Rosa Freire. **A memória do Futuro**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para Desenvolvimento, 2006. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=46> Acessado em 14/07/2020

DE PAULA, Joao Antonio. **Cultura e desenvolvimento: 100 anos de Celso Furtado**, um intelectual cosmopolita. Nova econ. vol.29: Belo Horizonte 2019.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Celso Furtado**. FGV CPDOC. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado>. Acessado em 14/07/2020

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 8ª impressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Capítulo IV: Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. Cinquenta Anos de Cepal, Vol. 1, 2000. Org. Ricardo Bielschowsky, Ed. Record, Rio de Janeiro

_____, Celso. Entrevista com funcionários do BNDE. **Memórias do Desenvolvimento**, ano 3, n. 3. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Entrevista concedida a Nora Lanari, Ângela Coronel, et al. 1982.

GENNARI, Adilson Marques; OLIVEIRA, Roberson de. **História do pensamento econômico**. Cap. 22 Escola Desenvolvimentista, Ed. Saraiva, São Paulo, 2009.

GUSMÃO DE MENDONÇA, Marina. **A formação intelectual de Celso Furtado.** Celso Furtado: Os desafios do desenvolvimento”. Oficina Universitária UNESP. Marília, Cultura Acadêmica, 2010.

IPEA. **Industrialização e desenvolvimento:** uma análise do pensamento econômico brasileiro. CODE 2011, Anais do I Circuito de debates acadêmicos, 2011.

DUTRA FONSECA, Pedro Cezar. **Desenvolvimentismo:** a construção do conceito. IPEA, Brasília, 2015

LIMA VIEIRA, Rosângela de. **A presença da história no pensamento de Furtado.** Celso Furtado: Os desafios do desenvolvimento”. Oficina Universitária UNESP. Marília, Cultura Acadêmica, 2010.

MARIANI, Jose. **O longo amanhecer:** Cinebiografia de Celso Furtado. Documentário. Riofilme & Andaluz. 2004

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado.** Celso Furtado: Os desafios do desenvolvimento”. Oficina Universitária UNESP. Marília, Cultura Acadêmica, 2010.

SUDENE. **Quem foi Celso Furtado.** SUDENE. Disponível em <<http://antigo.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado>>. Acessado em 14/07/2020

VALOR ECONÔMICO. **Centenário de Celso Furtado reforça novo debate sobre papel do Estado.** 26/07/2020. Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/26/centenario-de-celso-furtado-refora-novo-debate-sobre-papel-do-estado.ghtml>>. Acesso em 17/08/2020

ZORZENON COSTA, Julio Cesar. **O moderno e o tradicional em formação econômica do Brasil, de Celso Furtado.** Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia. Ano 3, N.4, Julho 2012